

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

48

jul/set, 2016



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO

**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Francisco da Chagas Soares

Isaías Matos Dantas

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Romildo Carneiro Rolim

Wanger Antonio de Alencar Roch

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**Francisco José Araújo Bezerra
*Superintendente***Economista Chefe**

Luiz Alberto Esteves

Ambiente de Estudos, Pesquisa e AvaliaçãoTibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes

*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas*Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações
Econômicas, Sociais e Tecnológicas***CORPO EDITORIAL****Editor-Chefe**

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Luciano Jany Feijão Ximenes

Editor-Científico

Aírtton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA**Síntese e Expectativas**

Aírtton Saboya Valente Júnior

Produto Interno Bruto

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Maria de Fátima Vidal

Maria Simone de Castro Pereira Brayner

Produção Industrial

Francisco Diniz Bezerra

Serviços e Comércio

Wellington Santos Damasceno

Turismo

Aírtton Saboya Valente Júnior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Cenário Internacional

Aírtton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz Alves

Jovem Aprendiz

Lucas Sousa dos Santos

Preparação de Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinto

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 48 (julho – setembro. 2016). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2016

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	4
1.1 Situação da cajucultura Nordestina após a seca de 2012	4
1.2 Redução de área, produtividade e produção	5
1.3 Impactos no mercado	6
1.4 Considerações finais	7
Bibliografia	8
2 ATIVIDADE ECONÔMICA	9
2.1 Produto Interno Bruto (PIB)	9
Referências	13
2.2 Produção Agropecuária	14
Referência	15
2.3 Produção Industrial	15
Referências	20
2.4 Comércio	20
Referências	23
2.5. Serviços	23
Referência	26
3 TURISMO	27
Referências	28
4 MERCADO DE TRABALHO	29
Referências	35
5 SETOR EXTERNO	36
5.1 Comércio Exterior	36
Referência	39
6 FINANÇAS PÚBLICAS	40
6.1 Transferências de recursos federais são fundamentais para o Nordeste	40
Referência	42
6.2 Retração econômica impacta nas transferências fiscais para o Nordeste	42
Referência	44
7 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	45
Referências	50

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 Situação da cajucultura Nordestina após a seca de 2012

Maria de Fatima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural. ETENE/BNB

Introdução

A cajucultura no Brasil está concentrada no Nordeste e possui elevada importância socioeconômica para a Região, principalmente para o semiárido por gerar postos de trabalho e renda na zona rural na época mais seca do ano. As agroindústrias beneficiadoras de castanha também são importantes geradoras de empregos diretos e indiretos.

O cajueiro ocupou em 2015 em torno de 33,3% da área com fruticultura no Nordeste. A cultura responde por quase 92,0% da área plantada com fruteiras no Piauí e 78,4% no Ceará. Nesses estados, a castanha de caju é responsável por um elevado percentual no valor de produção da fruticultura, 18,5% no Piauí e 17,3% no Ceará. Não se tem estimativa do valor de produção gerado pelos demais produtos da cajucultura, tais como: caju comercializado in natura, doce de caju, suco concentrado, líquido da castanha de caju (LCC) e cajuína. Estes dados mostram não somente a importância social da atividade para estes estados, mas também elevada importância econômica.

Apesar do largo potencial de aproveitamento e comercialização do caju (pedúnculo) o principal produto da cajucultura nordestina continua sendo a amêndoa de castanha de caju (ACC). A concentração da renda na castanha confere baixa rentabilidade ao produtor rural, principalmente para o pequeno. Além desse aspecto, a atividade depara-se com outros fatores que enfraquecem toda a cadeia, tais como: cajueirais antigos de baixa produtividade, baixos preços da castanha ao produtor o que inviabiliza a realização de tratamentos culturais adequados, baixo uso de tecnologia, falta de assistência técnica e fatores climáticos adversos.

Os problemas e fragilidades enfrentados pela atividade foram agravados com o advento da longa estiagem pela qual passou o Nordeste a partir de 2012 que, juntamente com a ocorrência de pragas e doenças, resultaram em queda na produtividade, que já era baixa, seguidos anos de quebra de safra e a morte de grande número de plantas, principalmente nos cajueirais mais antigos.

Além do prejuízo para os produtores rurais, a baixa oferta de matéria-prima ocasionou dificuldades para as agroindústrias e acentuou a queda no volume das exportações do produto nos últimos cinco anos. Outro efeito dos anos consecutivos de baixa produção de castanha de caju foi que as agroindústrias beneficiadoras foram impelidas a importar maior volume de matéria-prima para cumprir seus contratos.

Assim, o Brasil perdeu participação no mercado mundial de amêndoa de castanha de caju, passando do quinto maior produtor em 2011 para a décima posição em 2014. De acordo com a FAO (2016) a Nigéria, a Índia e a Costa do Marfim foram os maiores produtores mundiais de castanha de caju nesse ano, com quase 60,0% da produção global do produto.

1.2 Redução de área, produtividade e produção

Segundo dados do IBGE (2017), a área ocupada com cajueiro no Brasil em 2015 foi estimada em 619 mil ha, desse total, 99,4% está localizado no Nordeste, sendo 62,9% no estado do Ceará (389.358 ha), 15,5% no Rio Grande do Norte (96.120 ha) e 14,1% (87.474 ha) no Piauí.

A seca severa, juntamente com a ocorrência de pragas e doenças (mosca branca¹, antracnose² e oídio³) causou elevado índice de mortalidade de plantas no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

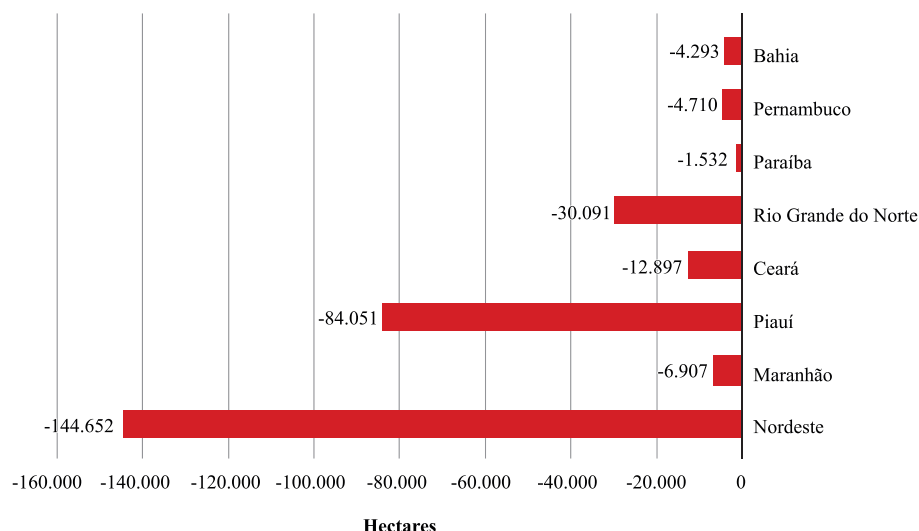
Entre 2011 e 2015 foi contabilizada uma redução de área cultivada com cajueiro no Nordeste de mais de 144 mil hectares (IBGE, 2017). Em muitas regiões os produtores cortaram os cajueiros mortos e venderão a madeira para obter alguma renda.

A cajucultura no Piauí parece ter sido a que mais sofreu os efeitos da seca. Entre 2011 e 2015 houve uma redução de área plantada de quase 50,0% no Estado, passando de 171 mil hectares para 87 mil, ou seja, 84 mil hectares a menos. No Rio Grande do Norte, o longo período de estiagem causou a redução da área cultivada com a cultura em 30 mil hectares (Gráfico 1), todas as regiões produtoras do Estado foram atingidas.

O Ceará foi o estado que apresentou a menor redução de área (13 mil hectares a menos), porém, esse resultado certamente se deve a novos plantios de cajueiro anão precoce. Entre 2012 e 2016 observou-se que a área com cajueiro comum no Ceará foi reduzida em 46 mil hectares. Por outro lado, a área com cajueiro anão teve um incremento de quase 30 mil hectares. Em 2012, o cajueiro comum ocupava 82,0% da área cultivada com a cultura no Ceará, em 2016 esse percentual caiu para 75,0% (IBGE, 2013, 2015, 2016).

A substituição do cajueiral antigo é importante para o incremento da produtividade, no entanto, vale salientar que o plantio de cajueiro anão precoce não assegura uma melhora no rendimento, pois grande parte dos produtores não possui recursos para adotar o pacote tecnológico exigido pelas variedades melhoradas.

Gráfico 1 – Variação da área plantada com cajueiro entre 2011 e 2015 nos estados do Nordeste



Fonte: IBGE (2016).

- 1 Mosca branca (*Bemisia tabaci*), pequeno inseto sugador que se alimenta da seiva das plantas podendo leva-las a morte ou a queda na produtividade. Além disso, a secreção açucarada desse inseto favorece o aparecimento do fungo fumagina, que forma uma película de cor preta nos tecidos da planta prejudicando a fotossíntese.
- 2 Antracnose é a mais severa doença de cajueiro no Brasil é causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides* que provoca lesões, em ambas as faces das folhas, nos caules, ramos, frutos e pseudofrutos.
- 3 Oídio, doença causada pelo fungo *Oidium anacardii* Noack. Os sintomas são manchas em torno da nervura principal das folhas que lembram cinza vegetal. As manchas evoluem para todo o limbo da folha.

Em termos de produtividade a redução foi ainda maior, no Piauí a produção de castanha por hectare em 2012 foi quase 80,0% inferior à obtida em 2011, chegando a 54 Kg/ha.

No Rio Grande do Norte, a queda no rendimento da cultura nesse mesmo ano foi de 67,7% e no Ceará de 65,5% (IBGE, 2017). Nos anos seguintes, houve uma pequena recuperação da produtividade da cultura no Nordeste. Entretanto, em 2015 o rendimento de castanha por hectare dos pomares nos três estados ainda foi muito inferior à observada em 2011.

Dentre os principais produtores mundiais, o Brasil é o que possui a menor produtividade por hectare. Enquanto em países com a Nigéria, Filipinas e Guiné Bissau tem ocorrido crescimento da produtividade, no Brasil observa-se contínua queda do rendimento da cultura por hectare.

A redução da produtividade levou a uma drástica queda na produção nordestina de castanha de caju em 2012, que foi 66,0% inferior ao ano anterior. No Piauí, o volume de produção de castanha de caju em 2012 foi 80,0% inferior a de 2011. Isso porque o Piauí foi o estado que sofreu maior redução de área e de produtividade. No Ceará a redução da produção de castanha em 2012 em relação a 2011 foi de 65,4% e no Rio Grande do Norte de 66,8% (IBGE, 2017).

Os anos seguintes também apresentaram baixos volumes de chuvas, de forma que não houve recuperação no rendimento da cultura. Em 2013, ocorreu recuperação moderada da produção, porém, em 2014 e 2015 se intensificou a morte de plantas provocando continua queda de produção.

Em 2015, a produção de castanha de caju no Nordeste foi de 100.578 toneladas, 55,0% inferior a quantidade produzida em 2011, ano anterior ao início da estiagem.

1.3 Impactos no mercado

A redução da oferta de castanha de caju no Nordeste provocou uma elevação nos preços ao produtor, no final de 2016 a castanha chegou a ser comercializada a mais de R\$ 4,0/kg no Rio Grande do Norte e no Ceará (CONAB, 2017).

A produção de castanha da Região não tem sido suficiente para suprir a demanda interna. Trabalho realizado pelo ETENE (BNB, 2009) estimou em 295 mil toneladas por ano a capacidade instalada de processamento de castanha de caju no Nordeste, porém, a Região só está conseguindo produzir em torno de um terço dessa quantidade.

No mercado externo são transacionados dois tipos de produtos: a castanha não beneficiada ou com casca que é exportada principalmente pelos países africanos (Costa do Marfim, Guiné Bissau, Gana e Tanzânia) e a amêndoa de castanha de caju (ACC) cujo mercado é dominado pelo Vietnã e a Índia (FAO, 2016).

O Brasil exporta predominantemente ACC, o que é uma vantagem, pois este produto possui maior valor agregado que a castanha não beneficiada, porém o Brasil tem se retraído no mercado mundial, em 2011 perdeu a posição de terceiro maior exportador mundial de ACC para os Países Baixos, chegando em 2015 a responder por apenas 4,9% das exportações mundiais do produto (FAO, 2016).

O baixo volume de chuvas no Nordeste entre 2012 e 2015 contribuiu para este cenário, no entanto, vale observar que as exportações nordestinas de castanha de caju começaram a cair em 2010, antes do início da seca. O que pode indicar que a concorrência no mercado mundial está aumentando ou que existem fatores estruturais na cadeia que estão prejudicando a competitividade do setor no mercado externo.

Em 2016, as exportações de castanha do Nordeste voltaram a crescer depois de seis anos seguidos de queda. Nesse ano, foram mandadas para o mercado externo 15,8 mil toneladas de castanha

de caju, um incremento de 22,0% em relação a 2015. Porém, este volume ainda foi 40,0% inferior ao total exportado em 2011, ano anterior à seca (SECEX/MDIC, 2017).

Mesmo com toda a adversidade que o setor tem enfrentado nos últimos anos, a castanha de caju (ACC) continua sendo um importante produto gerador de divisas na Região. Em 2016, a castanha foi responsável por 15,4% do valor das exportações do agronegócio do Ceará e por 11,4% do Rio Grande do Norte (SECEX/MDIC, 2017).

Os Estados Unidos receberam em 2016, mais de 50,0% do volume de castanha de caju exportadas pelo Nordeste (SECEX/MDIC, 2017), o que de certa forma representa um risco mercadológico para o setor, pois uma eventual crise econômica ou embargo ao produto brasileiro pode provocar elevados prejuízos financeiros para as indústrias, com efeitos negativos para todos os elos da cadeia.

A redução da oferta de castanha de caju nos últimos anos também provocou impactos nas importações, pois obrigou as indústrias processadoras a adquirir no mercado externo maiores volumes de castanha, implicando em elevação dos custos de produção e fragilização financeira de muitas dessas indústrias.

Assim, em 2012 o Nordeste importou quase 60 mil toneladas de castanha de caju (com casca), um incremento de 36,1% em relação a 2011. A partir de 2013 observou-se uma tendência de redução do volume importado de castanha, porém, em 2015 ainda foram adquiridas no mercado externo 26 mil toneladas do produto (SECEX/MDIC, 2017).

O Ceará concentra as importações nordestinas de castanha, pois possui a maior capacidade de processamento, no Rio Grande do Norte, onde grande parte da produção é processada em minifábricas, o volume importado de castanha entre 2012 e 2016 foi pequeno.

Nos últimos três anos quase toda a castanha importada pela Região teve como origem a Costa do Marfim (SECEX/MDIC, 2017). De acordo com dados da FAO (2016) esse País apresentou um expressivo crescimento da produção de castanha de caju entre 2005 e 2015, chegando a responder por 14,0% da produção mundial do produto.

A Costa do Marfim se tornou também o maior exportador mundial de castanha de caju não beneficiada. Segundo a FAO (2016), em 2013 o País respondeu por quase 32,0% das exportações mundiais de castanha com casca.

1.4 Considerações finais

A cultura do cajueiro no semiárido nordestino possui elevada importância social por ser uma das poucas alternativas de geração de renda no período seco do ano.

No entanto, a cadeia produtiva do caju no Nordeste passa por sérias dificuldades, tanto no setor primário que enfrenta sucessivas quebras de safras e baixa produtividade, quanto no setor industrial que sofre com a insuficiência da oferta de matéria-prima e aumento do custo de produção devido, entre outros fatores, a necessidade de importar castanha para cumprir seus contratos.

Além da drástica queda na produção, a seca prolongada que atingiu o Nordeste entre 2012 e 2016, juntamente com ataque de pragas e doenças, causou elevada mortalidade de cajueiros antigos e até mesmo de plantios mais recentes de cajueiro anão precoce. Assim, parte do cajueiral do Nordeste virou lenha.

Dessa forma, o Brasil perdeu competitividade no mercado mundial de amêndoa de castanha de caju. Por outro lado, passou a ser o terceiro maior importador mundial do produto.

Por se tratar de uma cultura perene, os danos causados por cinco anos de seca certamente levará muito tempo para serem revertidos, pois grande extensão de cajueirais foram perdidos. Além disso, os pequenos produtores, que são maioria na atividade, não possuem recursos para realizar o replantio da cultura.

Bibliografia

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. BNB. Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais/Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009. 152p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. Conjunturas mensais. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=526&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=25#Aobjcmsconteudos>. Acesso em: 24 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola. GCEA-CE. Fortaleza, dezembro, 2013.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola. GCEA-CE. Fortaleza, fevereiro, 2015.

_____. Levantamento sistemático da produção agrícola. GCEA-CE. Fortaleza, dezembro, 2016.

_____. Pesquisa Agrícola municipal. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=30&i=P>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. FAO (2017). Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX/MDIC. Título. Disponível em: <<http://alicesweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 08 de jan. 2017.

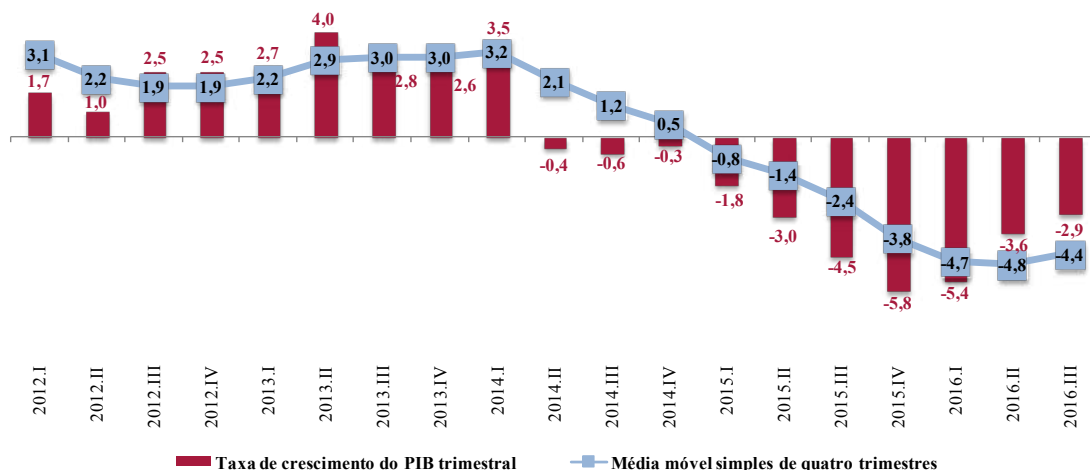
2 ATIVIDADE ECONÔMICA

2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil do terceiro trimestre de 2016 apresentou aumento de 0,7% ponto percentual em comparação ao segundo trimestre, indicando tendência de recuperação desde o quarto trimestre de 2015. Na comparação com igual período de 2015, o PIB ainda registrou contração de 2,9%, sendo o décimo resultado negativo consecutivo. Considerando a média móvel simples dos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2016, o PIB caiu 4,4%, mas denotando trajetória rumo ao crescimento desde o primeiro trimestre. Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2016 alcançou R\$ 1.580 bilhões, conforme dados divulgados pelo IBGE (2016).

Portanto, a economia brasileira continua a sinalizar quadro recessivo, contudo a trajetória de queda do PIB, iniciada a partir do segundo trimestre de 2014, mostra reversão a partir do quarto trimestre de 2015. Conforme o Gráfico 1, percebe-se tendência de melhoria nos últimos três trimestres (-5,4% em 2016.I, -3,6% em 2016.II e -2,9% em 2016.III). As médias móveis, que em série temporal denotam tendência de forma suavizada em casos de grandes variabilidades, nos três últimos trimestres ainda são negativas, mas também com trajetória de recuperação (-4,8% em 2016.II e -4,4% em 2016.III).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento trimestral do PIB do Brasil ⁽¹⁾ e média móvel simples de quatro trimestres (em %): 2012.I a 2016.III



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2016). Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

Tanto pelo lado da oferta quanto pela ótica da demanda, todos os componentes do PIB apresentaram contrações no terceiro trimestre de 2016 frente ao trimestre anterior, com exceção das exportações de bens e serviços que avançaram 0,2%, conforme especificado na Tabela 1.

Cabe destacar o comportamento de dois componentes da demanda que são vitais para sinalizar a recuperação da economia brasileira. Inicialmente, o consumo das famílias, que possui participação relativa de aproximadamente 63% do PIB nacional. Referido componente vem declinando sucessivamente desde o primeiro trimestre de 2015 (quando caiu -1,5% em relação ao trimestre anterior), contudo, a partir quarto trimestre de 2015, começa tendência de recuperação, isto é, as quedas são

cada vez menores. A queda do consumo das famílias tem sido reflexo da perda de dinamismo do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desocupação e queda do rendimento salarial real além do agravamento do endividamento das famílias, repercutindo fortemente no setor de serviços.

Outro componente de destaque refere-se à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, ou seja, aqueles componentes que servem para gerar outros bens, a exemplo de máquinas, equipamentos e material de construção. A FBCF é importante porque indica se a capacidade de produção do País está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro. Desde o segundo trimestre de 2014 a FBCF apresenta quedas sucessivas, o que tem dificultado a recuperação econômica. A boa notícia é que, como no caso do consumo das famílias, a partir do quarto trimestre de 2015, começa tendência de recuperação, com taxas de variação negativa cada vez menores (de -18,7% em 2015.IV para -8,4% em 2016.III).

Tabela 1 – Evolução das taxas de crescimento trimestral dos componentes do PIB do Brasil (em %): 2015.III a 2016.III

		Variáveis Macroeconômicas				
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior (%)		2015.III	2015.IV	2016.I	2016.II	2016.III
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	0,2	0,8	-8,3	-6,1	-6,0
	Valor adicionado bruto da indústria	-6,4	-8,6	-7,0	-2,9	-2,9
	Valor adicionado bruto dos serviços	-3,4	-4,1	-3,5	-2,7	-2,2
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-4,7	-6,7	-5,8	-4,8	-3,4
	Despesa de consumo do governo	-1,4	-1,7	-0,8	-0,5	-0,8
	Formação bruta de capital fixo	-14,8	-18,7	-17,3	-8,6	-8,4
	Exportação de bens e serviços	1,5	12,3	12,7	4,0	0,2
	Importação de bens e serviços (-)	-19,7	-19,6	-21,5	-10,4	-6,8
PIB a preço de mercado		-4,5	-5,8	-5,4	-3,6	-2,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2016).

Portanto, a recuperação da economia brasileira tende a ser modesta, mas os dados acima apontam para possível ciclo de retomada de crescimento. A recuperação da economia estará atrelada à queda da taxa de juros, via fortalecimento dos resultados fiscais, e à retomada dos investimentos produtivos.

Enquanto perdurarem as elevadas taxas de juros praticadas no País, e por consequência, a diminuição dos financiamentos, inclusive do BNDES, e tendo em vista o nível de endividamento das empresas privadas, as perspectivas de retomada dos investimentos produtivos não são promissoras.

Não obstante as ainda taxas de juros elevadas, baixo nível de atividade econômica e alto nível de desemprego, algumas poucas variáveis, que não apresentam defasagem de tempo, já apontam para melhora do quadro econômico e corroboram os resultados expressos no Gráfico 1 e Tabela 1. Como exemplo, as menores taxas de endividamento e de dívidas em atraso, conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

De acordo com série histórica da PEIC, o total de famílias endividadas em relação ao número total de famílias no Brasil era de 50,5% em julho, de 50,6% em agosto, 49,8% em setembro. Famílias que detinham contas em atraso no Brasil eram 11,6% em julho, 12,8% em agosto e 11,2% em setembro⁴.

4 Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - outubro 2016 em <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-23>.

Outra variável, a taxa de juros futura, aqui expressa pela taxa referencial de swaps - DI pré-fixada - 360 dias - fim de período, cuja tendência de queda expressa a aposta no ajuste fiscal e por conseguinte, numa trajetória de crescimento da economia, em julho foi de 13,29% a.a., em agosto registrou 13,12% a.a. e em setembro 12,50% a.a.⁵.

Em termos regionais, o índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE)⁶, indicador que serve como proxy⁷ PIB Regional, registrou variação negativa de 5,8% quando se compara o terceiro trimestre de 2016 com o mesmo do ano anterior. Desta forma, configurou-se na sétima queda consecutiva, como mostra o Gráfico 2.

Por outro lado, a menor taxa de variação foi atingida no segundo trimestre de 2016 (-6,4%), o que pode indicar a mesma tendência para a economia nacional, que é de recuperação econômica, não obstante ainda com taxa de crescimento negativa, porém de menor dimensão. A trajetória das médias móveis recentes ainda não evidencia esta tendência em direção às taxas de variação positiva.

A perda do dinamismo da economia nordestina se deve, em grande medida, à desaceleração dos fatores que vinham impulsionando o crescimento na Região. Dentre as causas que contribuíram para esse resultado estão o impacto do ajuste fiscal sobre os repasses aos Estados, o fraco desempenho do setor de serviços, do comércio varejista, além da baixa atividade industrial.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias vem sendo atingido principalmente pela forte deterioração do mercado de trabalho na Região, com queda acentuada do rendimento médio real seguido pela diminuição do nível de ocupação. Some-se a isto a diminuição dos valores de repasses de programas sociais, quer seja devido à menor arrecadação tributária, quer seja relativo à revisão de referidos programas devido a irregularidades, como foi o caso do programa bolsa família.

Nesse sentido, verificam-se recuos nas vendas do comércio⁸ e serviços⁹ em todas as Unidades da Federação no acumulado do ano (até outubro de 2016).

Para a agricultura, a safra de grãos do Nordeste deverá marcar 9,8 milhões de toneladas em 2016, redução em 40,1% em relação ao ano anterior. A quebra de safra regional reflete, em especial, as baixas estimativas para as safras no Piauí (-56,9%), Maranhão (-41,4%) e Bahia (-35,8%), estados que configuram os maiores produtores regionais (IBGE, 2016d).

Quanto à desenvoltura do setor industrial, a produção regional recuou 3,5% no indicador acumulado para o período janeiro a setembro de 2016, frente a igual período do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Física Mensal¹⁰ do IBGE. Os sinais de menor dinamismo ficaram mais evidentes para Pernambuco (-12,7%), Ceará (-4,5%) e Bahia (-4,3%) que apresentaram decréscimos na mesma base de comparação.

Diante desse quadro, de arrefecimento da economia regional no terceiro trimestre de 2016, a deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos setores mais dinâmicos. Conforme dados do CAGED¹¹, no Nordeste, a indústria de transformação (redução em 36.813 postos), comércio (-56.817 postos), construção civil (-53.930 postos) e serviços (-34.331 postos) foram os setores mais afetados devido ao baixo nível de atividade econômica regional. Por conseguinte, Bahia (15,9%), seguida de Pernambuco (15,3%), Alagoas (14,8%) e Sergipe (14,2%) apresentaram as maiores taxas de desocupação.

5 Ipeadata, Macroeconômico, Tema: Financeiras, Fonte: BM&FBovespa, taxa referencial de swaps - DI pré-fixada - 360 dias - fim de período, em www.ipeadata.gov.br.

6 O índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE) subsidia no acompanhamento em nível regional, pois procura, com as devidas adaptações, reproduzir antecipadamente o movimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

7 Proxy é a hipótese utilizada como referência para se estimar o valor de uma variável, antes de conhecê-la.

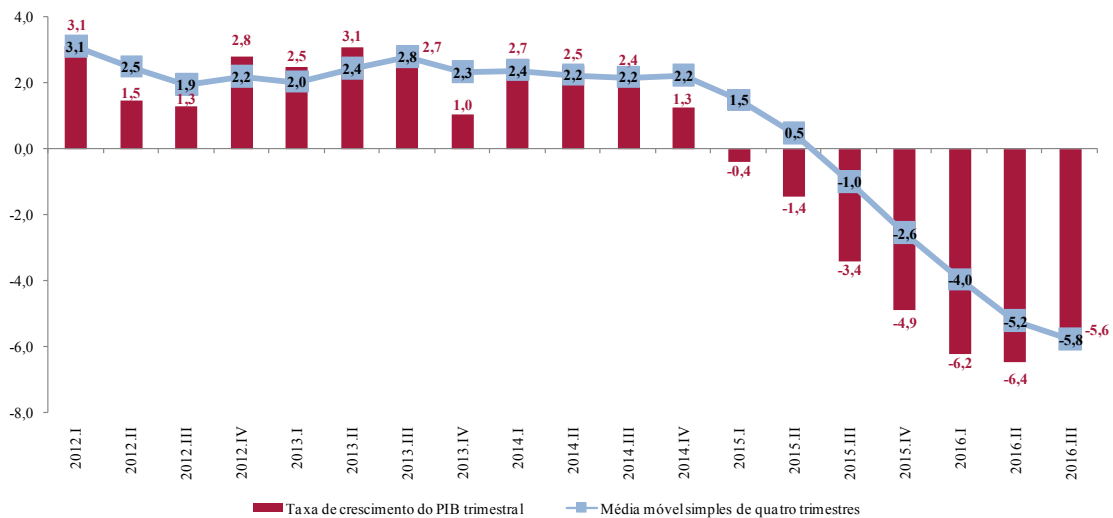
8 Redução na variação de volume de vendas no comércio varejista e ampliado no acumulado do ano segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), mês de agosto de 2016 (IBGE, 2016b).

9 Conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) para o acumulado do ano, até mês de agosto de 2016 (IBGE, 2016c).

10 De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional (PIM), dados de outubro de 2016 (IBGE, 2016e).

11 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento trimestral do PIB do Nordeste e média móvel simples de quatro trimestres do IBC-NE (em %): 2012.I a 2016.III



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016).

Para o acompanhamento da atividade em nível estadual, tem-se o PIB trimestral das três maiores economias do Nordeste, representado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que representam cerca de 60% do PIB da Região. O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas¹².

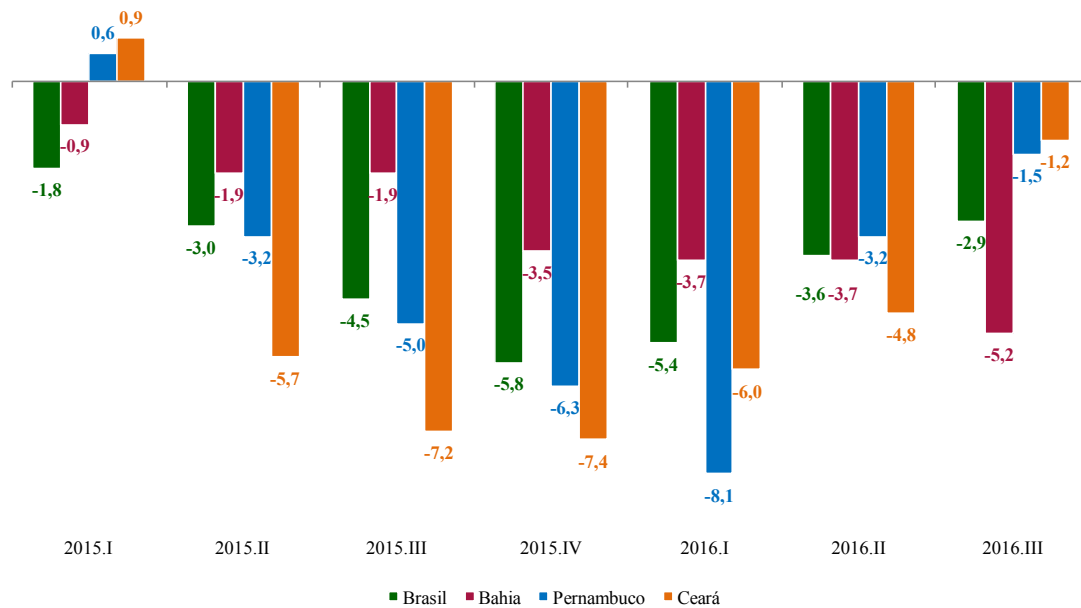
Assim, de acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana registrou retração de 5,2% no terceiro trimestre de 2016 (Gráfico 3), quando se compara ao mesmo período do ano anterior. No acumulado até o terceiro trimestre de 2016, comparando com igual período de 2015, ocorreu queda de 5,1% do PIB baiano, advinda do recuo da agropecuária (-27,0%), indústria (-5,9%) e serviços (-2,4%).

Quanto à economia pernambucana, o recuo foi de 1,5% no terceiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre de 2015. Até o terceiro trimestre de 2016, a perda do PIB pernambucano alcançou 4,3% na comparação com igual período do ano anterior, sendo que esse baixo desempenho decorreu do comportamento negativo da indústria (-6,3%), agropecuária (-7,5%) e serviços (-3,9%).

A economia cearense encerrou o terceiro trimestre com retração de 1,2% frente ao mesmo trimestre de 2015. No acumulado até o terceiro trimestre de 2016, o declínio da economia do Ceará foi de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, atribuído ao baixo dinamismo das atividades da indústria (-7,2%) e serviços (-3,9%). Compensando a queda, a agropecuária registrou avanço de 1,3% acumulado até o terceiro trimestre.

¹² A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crescimento trimestral do Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará⁽¹⁾ (em %): 2015.I a 2016.III



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados IBGE (2016a); SEI (2016); CONDEPE/FIDEM 92016) e IPECE (2016). Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

Referências

BACEN - Banco Central do BRASIL (2016). Índice de atividade econômica regional - Região Nordeste. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13.Dez.2016.

CONDEPE-FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (2016). *PIB trimestral: 3º trimestre de 2016*. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/produto-interno-bruto-pib>. Acesso em: 25.Jan.2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Contas nacionais trimestrais – Julho/Setembro - 2016. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201603caderno.pdf. Acesso em: 13.Dez.2016.

_____ (2016b). *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201610caderno.pdf. Acesso em: 27.Dez.2016.

_____ (2016c). *Pesquisa mensal de serviços*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pms_201610caderno_20161214_1200.pdf. Acesso em: 27.Dez.2016.

_____ (2016d). *Levantamento sistemático da produção agrícola, outubro de 2016*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em: 27.Dez.2016.

_____ (2016e). *Pesquisa industrial mensal produção física regional*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Regional/pim-pf-regional_201610caderno.pdf. Acesso em: 27.Dez.2016.

IPECE – Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (2016). *PIB trimestral: 2º trimestre de 2016*. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 10.Jan.2017.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016). *PIB trimestral: 2º trimestre de 2016*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&Itemid=567. Acesso em: 10.Jan.2017.

2.2 Produção Agropecuária

O primeiro prognóstico do (IBGE, 2016), para a safra de 2017, indica uma produção de cereais, leguminosas e oleaginosas de 209,4 milhões de toneladas, 13,9% acima da safra de 2016. Este aumento deve-se às maiores produções previstas em todas as regiões: Norte (7,0%), Nordeste (51,0%), Sudeste (10,3%), Sul (5,5%), Centro-Oeste (18,7%).

Referidos números contrastam com o levantamento da produção agrícola realizado pelo IBGE para a safra de 2016, pois as estimativas para a colheita nacional de grãos devem alcançar 183,8 milhões de toneladas no corrente ano, apresentando variação negativa de 12,3% em relação a 2015. No Nordeste, a produção de 9,8 milhões de toneladas representa uma redução de 40,1% quando comparado à safra de 2015. Juntos, Maranhão, Piauí e Bahia totalizam 93,4% de participação na produção de grãos dessa Região (Tabela 1).

No País, as estimativas para a área colhida de grãos indicam um recuo de 0,7% em relação a 2015. No Nordeste, a redução da área colhida poderá chegar a 7,4%, sendo inclusive a maior contração entre as regiões brasileiras. Os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, que são os mais representativos na produção agrícola da Região, obtiveram as maiores variações negativas tanto em termos de área colhida quanto em relação à produção. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas apresentaram considerável incremento em suas respectivas produções, entretanto estas unidades federativas possuem pequena representatividade na produção de grãos do Nordeste (Tabela 1).

As estimativas para a produção de feijão no País em 2016 são de 2,6 milhões de toneladas, representando redução de 14,6% quando comparado à safra anterior, e redução de área colhida em 6,9%. A queda da produção comprometeu o suprimento da demanda interna, o que gerou um aumento de preços do referido produto. Especificamente no Nordeste, o recuo da produção de feijão foi ainda maior, com contração de 37,2%, sendo inclusive a região que apresentou maior queda na colheita. Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão representam os estados com maior peso na produção dessa cultura no Nordeste, respondendo por aproximadamente 85% do total da produção regional. Destes, os que mais contribuíram para o recuo da produção foram Bahia (-58,7%) e Maranhão (-15,4%). A principal causa da queda na produção de feijão no Nordeste foi a estiagem, em alguns casos gerando perda total da área colhida.

A produção de milho no Brasil recuou 25,5% em 2016 em relação ao ano anterior com diminuição da área colhida em 1,3%. As principais regiões produtoras são o Sul e Centro-Oeste, com participação em torno de 76%. O Nordeste ficou em quarto na produção de milho no País, com participação de 5,2%. Ainda nessa Região, a produção de milho reduziu-se em 44,1% e a

área colhida em 7,3% quando comparado à safra anterior. Os estados do Maranhão, Piauí e Bahia concentram 87,7% da safra atual da Região, e juntos apresentaram recuo de 44,5%.

A produção de 96 milhões de toneladas de soja no Brasil representa uma queda de 1,5% em 2016, com redução da área plantada de 2,8%. As regiões Sul e Centro-Oeste concentram juntas aproximadamente 83% da produção desse grão no País. No Nordeste, houve forte queda na produção, recuo de 38,7% em relação à safra de 2015. Os maiores produtores são Bahia, Maranhão e Piauí. A Bahia reduziu a safra atual em 28,8%, passando de 4,5 milhões de toneladas em 2015 para 3,2 milhões de toneladas em 2016. Maranhão sofreu diminuição de 39,0%, com produção caindo para 1,3 milhões de toneladas em 2016 em comparação com 2,1 milhões de toneladas em 2015. Piauí foi o Estado com maior redução na colheita, cuja produção se reduziu para 644 mil toneladas em 2016, enquanto que haviam sido colhidos 1,8 milhão de toneladas em 2015, representando queda de 63,7%.

A produção de cana-de-açúcar no Brasil recuou 2,0% em 2016 com diminuição da área colhida em 4,0%. No Nordeste, as estimativas são de redução da produção em 1,8% com expansão da área colhida em 4,2%, o que amplia a queda no rendimento. As principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do País são o Sudeste e o Centro-Oeste, com participação na safra atual de 64,9% e 19,3%, respectivamente. O Nordeste fica em terceiro com participação de 8,2%, sendo Alagoas, Pernambuco e Paraíba os principais produtores, com participação de 35,8%, 24,5% e 11%, respectivamente. Destes, apenas Pernambuco reduziu a produção em 2016 (-7,4%).

Referência

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Levantamento sistemático da produção agrícola, setembro. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm Acesso em: 01.10.2016.

2.3 Produção Industrial

Conforme IBGE (2016a), a produção industrial nacional decresceu no trimestre julho-agosto-setembro em relação a igual período do ano anterior (-5,5%). Este percentual se configurou na décima taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação. No acumulado do ano até setembro, o recuo na produção nacional se mostrou ainda maior (-7,8%).

No acumulado de janeiro a setembro o setor industrial mostrou perfil disseminado de taxas negativas, com redução da produção nas quatro grandes categorias econômicas, em 23 dos 26 ramos, em 65 dos 79 grupos e em 72,4% dos 805 produtos pesquisados no país.

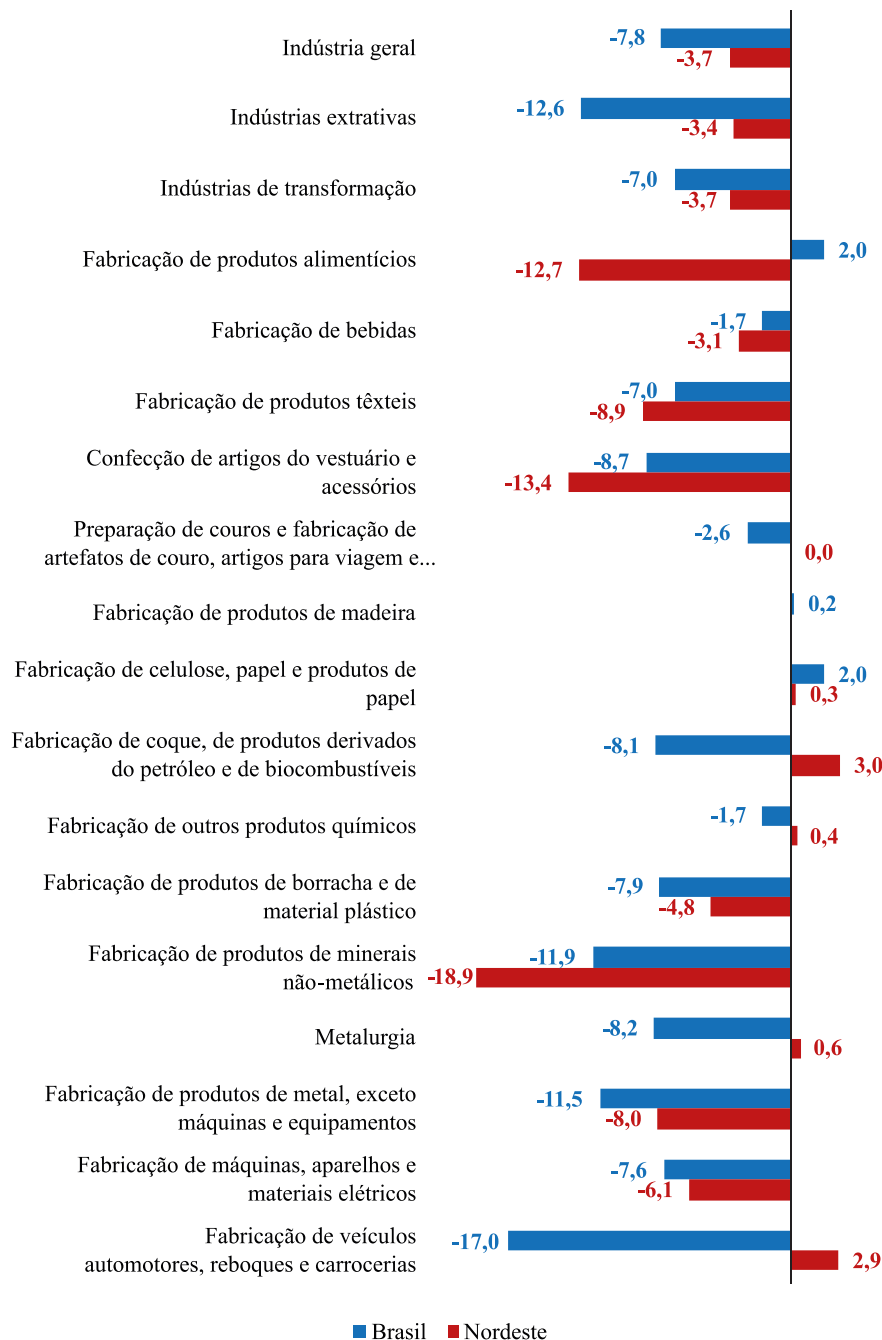
Os dados mostram que a desaceleração na indústria nacional atingiu principalmente os bens de luxo e/ou aqueles mais dispensáveis à subsistência do consumidor, bem como aqueles destinados aos investimentos industriais. Por exemplo, as maiores quedas ocorreram em bens de consumo duráveis (-18,6%) e de capital (-15,0%), pressionados pela redução na fabricação de automóveis e de eletrodomésticos no primeiro grupo e de bens de capital para equipamentos de transporte e para fins industriais no segundo.

Com a redução no faturamento das empresas e com a renda dos consumidores pressionada, a demanda se direcionou para a tentativa de conter a queda na produção industrial, em detrimento dos investimentos e para a aquisição de bens de primeira necessidade. Assim, os setores produtores de

bens intermediários (-7,6%) e os de bens de consumo semi e não duráveis (-3,1%) se apresentaram com taxas negativas mais moderadas.

Conforme se observa no Gráfico 1, apenas três atividades ampliaram a produção no acumulado do ano: produtos alimentícios (2,0%); celulose, papel e produtos de papel (2,0%) e fabricação de produtos de madeira (0,2%). As maiores influências negativas se encontraram na indústria extrativa (-12,6%); de veículos automotores, reboques e carrocerias (-17,0%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-8,1%); máquinas e equipamentos (-13,7%) e produtos minerais não-metálicos (-11,9%).

Gráfico 1 – Indicadores de produção industrial, segundo as seções e atividades industriais (%) - Brasil e Nordeste - Acumulado do ano até setembro de 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2016).

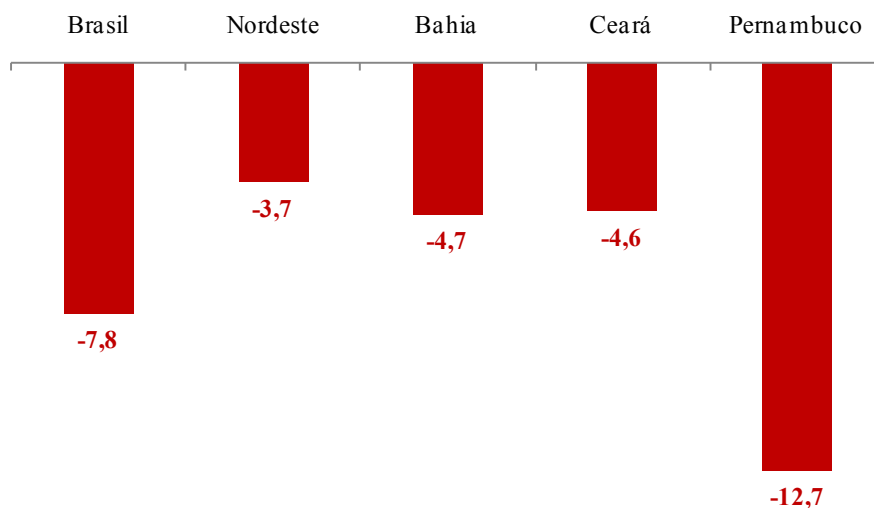
Seguindo a trajetória nacional, a indústria nordestina decresceu tanto no terceiro trimestre (-4,8%), quanto no acumulado do ano (-3,7%), frente a iguais períodos do ano anterior, mas, em ambos, com taxas mais amenas do que as médias do País.

No período de janeiro a setembro de 2016, seis das quinze atividades pesquisadas no Nordeste mostraram aumento na produção. Ressalte-se que, dentre estas, apenas a atividade de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (0,3%) coincide com a expansão nacional (2,0%), enquanto as cinco demais cresceram apesar da contração observada na média do país para o segmento. O Gráfico 1 informa que os impactos positivos mais importantes na região ocorreram nos setores de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,0% ante uma média nacional de -8,1%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (2,9%, ante -17,0% no nacional), impulsionados, em grande parte, pela maior fabricação de óleo diesel, no primeiro; e de automóveis, no segundo (IBGE, 2016b).

Também na contramão da produção do País, o principal impacto negativo no Nordeste teve origem no setor de produtos alimentício (-12,7%), pressionado pela menor produção de açúcar. Além deste, se destacaram, conforme indicado no Gráfico 1, os recuos advindos dos setores de produtos de minerais não-metálicos (-18,9%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-13,4%); indústrias extrativas (-3,4%); produtos têxteis (-8,9%); produtos de borracha e de material plástico (-4,8%) e bebidas (-3,1%).

Dentre os três estados nordestinos divulgados pela pesquisa do IBGE (Gráfico 2), apenas Pernambuco (-12,7%) apresentou queda industrial maior que a nacional (-7,8%) no ano de 2016. Contudo, todos os três, ou seja, inclusive Ceará (-4,6%) e Bahia (-4,7%) caíram mais que a média nordestina (-3,7%), o que equivale a dizer que o Nordeste dependeu do desempenho industrial dos outros estados da região para amenizar o seu resultado negativo.

Gráfico 2 – Índice de produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e Estados selecionados – Acumulado no ano de 2016 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2016).

No Ceará, apenas três das onze atividades investigadas mostraram aumento na produção, no acumulado dos nove primeiros meses do ano: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (20,0%); produtos têxteis (19,8%) e outros produtos químicos (4,9%). Os destaques negativos foram para: confecção de artigos do vestuário e acessórios (-14,2%); bebidas (-11,9%) e metalurgia (-25,5%).

Também em Pernambuco, apenas três das doze atividades pesquisadas assinalaram elevação na produção, para o mesmo período: máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,8%); produtos de metal (7,4%) e celulose, papel e produtos de papel (0,5%). Os principais impactos negativos foram: produtos alimentícios (-21,2%), em função, sobretudo da menor produção de açúcar; outros equipamentos de transporte (-43,2%); produtos de minerais não-metálicos (-19,2%); bebidas (-5,8%); outros produtos químicos (-5,4%) e produtos têxteis (-23,2%).

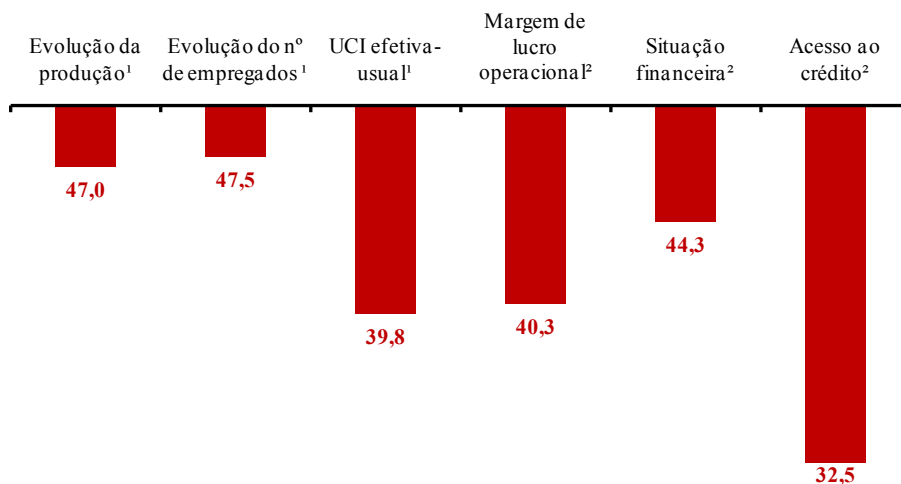
Com taxas negativas menos disseminadas entre os setores, a Bahia teve aumento na produção em seis dos doze setores pesquisados. Os principais impactos positivos foram em metalurgia (9,2%); outros produtos químicos (3,7%) e produtos alimentícios (5,0%). Os setores que exerceram as maiores influências negativas foram: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-8,4%); veículos automotores, reboques e carrocerias (-19,1%); indústria extrativa (-20,1%); de produtos de minerais não-metálicos (-18,5%) e de produtos de borracha e de material plástico (-4,4%).

A análise dos dados do IBGE para o Nordeste pode ser complementada com os resultados da pesquisa “Sondagem Industrial” publicada pela Confederação Nacional de Indústria (CNI, 2016a) que divulgou o desempenho da indústria até setembro, as expectativas para os próximos meses, captadas em outubro e os principais problemas enfrentados pela indústria no terceiro trimestre de 2016.

Os índices desta pesquisa comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Assim, o Nordeste apresentou queda na produção industrial (47,0 pontos) e no número de empregados (47,5 pontos) em setembro, frente ao mês anterior, tendo em vista seus valores inferiores aos 50 pontos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índices de desempenho da indústria em setembro¹ e de condições financeiras no terceiro trimestre² - Nordeste - Setembro de 2016 (Indicadores variam no intervalo de 0 a 100 pontos)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CNI (2016).

Nota: (1) Valores abaixo de 50 indicam redução na produção ou no nº de empregados, em relação ao mês anterior, ou utilização da capacidade instalada abaixo do usual no mês de setembro. ² Valores abaixo de 50 indicam insatisfação com a margem de lucro operacional e a com situação financeira, bem como dificuldade de acesso ao crédito para o 3º trimestre.

A utilização média da capacidade instalada (UCI) subiu um ponto percentual (1,0 p. p.) em setembro frente a agosto, indo para 68% e está no nível mais elevado desde novembro de 2015. Porém, o índice de UCI efetiva-usual voltou a cair. Com 39,8 pontos, portanto bem inferior aos 50 pontos, indica ociosidade consideravelmente abaixo da usual para o mês (Gráfico 3).

A pesquisa também busca identificar o nível de satisfação das empresas em relação às suas condições financeiras no trimestre. Embora ainda em patamares abaixo dos 50 pontos durante os três trimestres de 2016, indicando insatisfação por parte dos empresários, os índices apresentados para o terceiro trimestre foram os melhores do ano no Nordeste. Os índices de satisfação com a margem de lucro operacional (40,3) e com a situação financeira (44,3) permanecem registrando significativa insatisfação (Gráfico 3), mas pode-se argumentar que a insatisfação está diminuindo, já que estes índices aumentaram pelo segundo trimestre consecutivo.

A indústria considera ainda que o acesso ao crédito permanece mais difícil que o normal. Este índice subiu 2,9 pontos no terceiro trimestre, ficando em 32,5 pontos (Gráfico 3), mas sobre um dos piores patamares já registrados, 29,6 pontos no segundo trimestre.

Quanto às expectativas da indústria nordestina captadas em outubro, a pesquisa concluiu que há uma significativa piora, na medida em que todos os indicadores recuaram na comparação com setembro.

O índice de expectativa de demanda caiu 1,8 pontos, para 54,7 pontos, indicando que o empresário ainda espera aumento da demanda por seus produtos nos próximos meses, mas o otimismo se reduziu. Apresentando recuo e levando os índices para mais próximo dos 50 pontos, se encontram as expectativas de compras de matérias-primas e de quantidade exportada. Ambos os índices recuaram em relação à setembro (-3,0 e -2,4 pontos, respectivamente) e passaram para 51,2 e 51,1 pontos, respectivamente.

O índice de expectativa de evolução do número de empregados no Nordeste aprofundou o pessimismo em que já se encontrava ao recuar 1,2 ponto, para 47,4 pontos. Também piorou o índice relativo à intenção de investimento em compras, construção, pesquisa e inovações (44,4), cujo patamar se encontra 5,0 pontos abaixo de sua média histórica (49,4 pontos).

Neste contexto, outra pesquisa da CNI, “Indicadores Industriais”, pode contribuir para desenhar melhor a conjuntura industrial do país. Referindo-se à indústria de transformação no mês de setembro, apontou que praticamente todas as variáveis pesquisadas registraram quedas significativas na comparação com o ano de 2015.

A Tabela 1 apresenta o desempenho das variáveis para o período acumulado no ano, como também os índices mensais, referentes a setembro.

Tabela 1 – Variação dos indicadores da indústria de transformação - Brasil - Setembro de 2016 (%) (diversas bases de comparação)

Indicadores Industriais	Jan-Set 2016/ Jan-Set 2015	SET16/ SET15	SET16/ AGO16
Faturamento Real	-12,4	-15,5	0,1
Horas Trabalhadas na Produção	-8,5	-6,0	1,0
Emprego	-8,4	-6,5	-0,9
Massa Salarial Real	-9,1	-4,7	0,9
Rendimento Médio Real	-0,8	2,0	1,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CNI (2016).

O maior destaque da Tabela 1 está no faturamento real das empresas que recuou 12,4% no acumulado do ano e 15,5% em relação a setembro do ano anterior. Na comparação com agosto, este se manteve praticamente estável (0,1%).

Demonstrando dificuldade de reação, o emprego foi menor em todas as bases de comparação apresentadas: -8,4% no acumulado do ano, -6,5% em relação a setembro de 2015 e -0,9% em re-

lação a agosto de 2016 (Tabela 1). Na comparação mês a mês anterior, o emprego vem mantendo uma sequência de 20 meses de queda, cujo ritmo se acelerou em setembro (-0,9%), representando o maior recuo dos últimos quatro meses.

O rendimento médio real se apresenta como a variável mais resistente a reduções. Cresceu 1,7% em relação a agosto e 2,0% em relação a setembro de 2015, embora tenha registrado queda no acumulado do ano (-0,8%). A Tabela 1 também revela que a massa salarial real mostra significativo recuo no ano (-9,1%).

O quadro de retração, bem como as expectativas industriais menos favoráveis, estão baseadas em uma série de fatores que se configuram em entraves à sua recuperação. Segundo a “Sondagem Industrial” da CNI (2016b), dentre os principais problemas apontados pela indústria estão, em ordem decrescente, a elevada carga tributária, a demanda interna insuficiente e a elevada taxa de juros. Em seguida, aparece uma série de problemas que afetam as condições financeiras das empresas: inadimplência dos clientes, falta de capital de giro e falta ou alto custo da matéria-prima.

Esse conjunto de informações apresenta um cenário pouco promissor para a indústria num curto prazo, mas também aponta para a necessidade de intervenções, em grande parte, dependentes de políticas públicas como as relacionadas à carga tributária e a taxa de juros. Estas poderiam promover tanto o aumento da demanda quanto a redução da inadimplência, além de estimular o acesso ao crédito e o investimento industrial, melhorando as condições financeiras de empresas e consumidores.

Referências

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2016a). Sondagem industrial. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/estatisticas/2016/11/1,38499/sondagem-industrial.html>. Acesso em: 22.11.2016.

_____. (2016b). Indicadores Industriais. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/estatisticas/2016/11/1,38498/indicadores-industriais.html>. Acesso em: 22 Novembro 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). Pesquisa industrial mensal produção física - Brasil. Mês de referência: setembro de 2016. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3292&busca=1&t=setembro-producao-industrial-cresce-0-5>. Acesso em: 10.11.2016

_____. (2016b). Pesquisa industrial mensal produção física - Regional. Mês de referência: junho de 2016. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3294&busca=1&t=producao-industrial-cresce-9-14-locais-pesquisados-setembro>. Acesso em: 10.11.2016.

2.4 Comércio

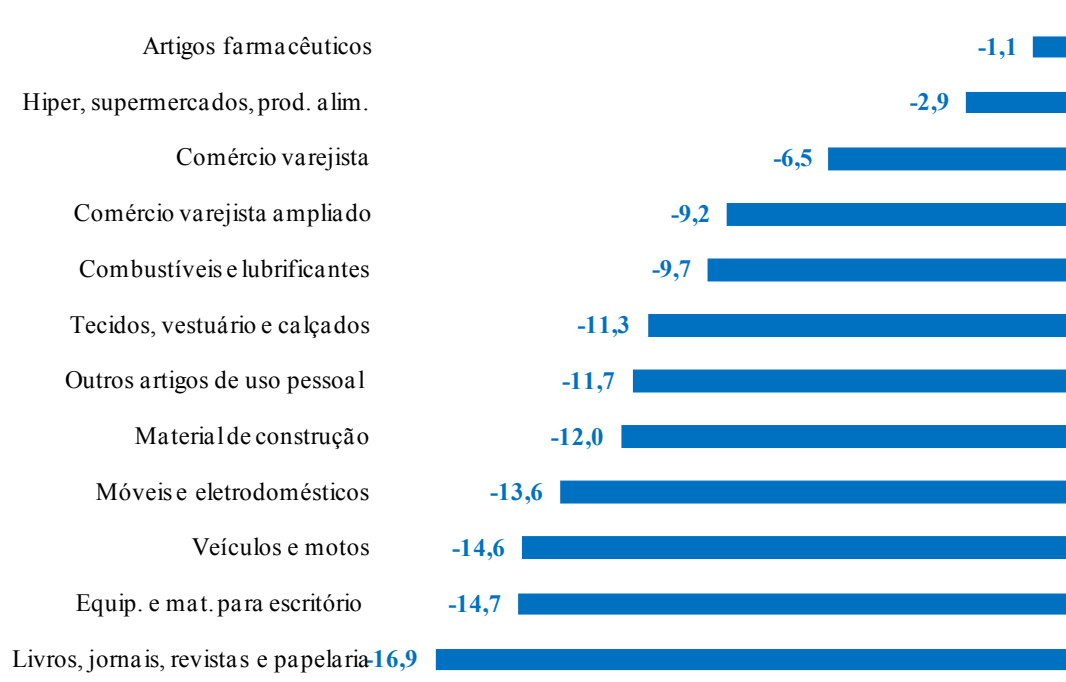
A mais recente Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou redução nas vendas do comércio varejista (-1,0%) no Brasil em setembro de 2016 em comparação com o mês anterior.

Nos nove primeiros meses de 2016, as vendas do varejo no País recuaram 6,5% em comparação com o mesmo período de 2015 implicando uma queda de 6,6% nos últimos doze meses.

O comércio varejista ampliado nacional, que inclui o comércio varejista adicionado das vendas de veículos e comercialização de material de construção, apresentou variação de -0,1% nas vendas em setembro de 2016 em relação ao mês passado. Quanto às taxas acumuladas, os resultados foram de -9,2% nos nove primeiros meses de 2016 e de -10,0% nos últimos doze meses.

O Gráfico 1 apresenta as variações acumuladas nos nove primeiros meses de 2016 para o Brasil em comparação com o mesmo período do ano anterior. Nenhuma atividade apresentou crescimento no corrente ano, tendo os maiores decréscimos ocorridos nas vendas de livros, jornais e revistas (-16,9%), equipamentos para escritório (-14,7%) e veículos e motos (-14,6%).

Gráfico 1 – Variação no volume de vendas do comércio no Brasil - Em % - Janeiro a setembro de 2016 (1)

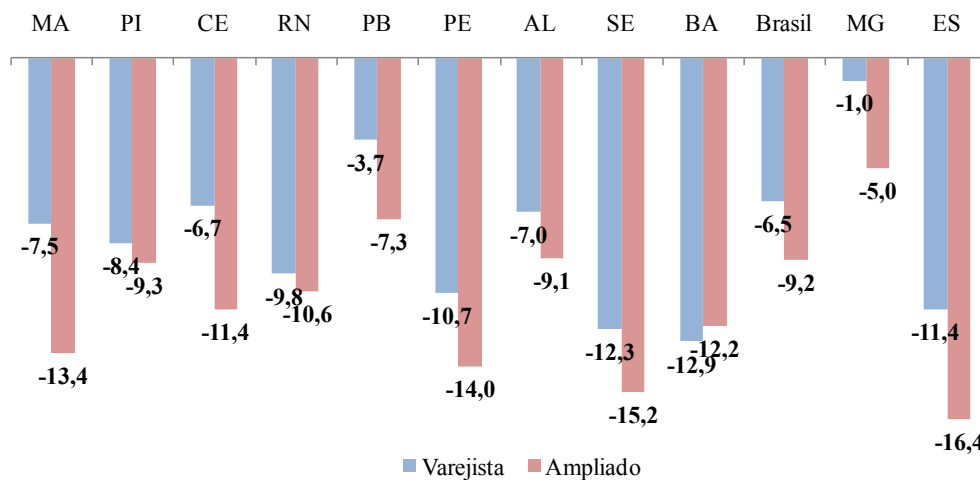


Fonte: BNB / ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

Com exceção de Paraíba (-3,7%) e Minas Gerais (-1,0%), as demais unidades federativas da área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram resultados ainda piores em comparação com o desempenho no corrente ano (-6,5%) no corrente ano no que se refere ao volume de vendas do varejo (Gráfico 2).

Considerando-se os volumes de vendas do comércio varejista ampliado, três estados da área de atuação do BNB obtiveram resultados acima da média nacional (-9,2%), embora com variações negativas, ou seja, Alagoas (-9,1%), Paraíba (-7,3%) e Minas Gerais (-5,0%), conforme especificado no Gráfico 2. Os demais estados apresentaram resultados abaixo do registrado para a média do País.

Gráfico 2 - Variação no volume de vendas do comércio - Em % - Brasil e Estados selecionados - Janeiro a setembro de 2016 (1)



Fonte: BNB / ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

O IBGE detalha o desempenho do comércio para os grupos de atividades em três estados do Nordeste, ou seja, Ceará, Pernambuco e Bahia.

No acumulado de 2016, todos os grupos de atividades registraram recuo no Ceará, em especial material de construção (-25,4%), livros, jornais, revistas e papelaria (-22,3%), veículos (-19,3%), além de móveis e eletrodomésticos (-17,2%). Os menores recuos foram segmentos associados a produtos essenciais, a exemplo de tecidos, vestuário e calçados (-2,5%), vendas nos hiper e supermercados (-3,2%), artigos farmacêuticos (-4,2%), além de combustíveis e lubrificantes (-4,4%), conforme especificado na Tabela 1.

O varejo em Pernambuco apresentou fraco desempenho, com expressivo recuo no volume de vendas em móveis e eletrodomésticos (-29,5%), veículos (-22,4%), equipamentos e materiais para escritório (-19,5%), tecidos, vestuário e calçados (-14,5%). O único grupo de atividade que apresentou crescimento diz respeito a artigos farmacêuticos (+1,2%), vide Tabela 1.

A Bahia apresentou queda em todos os grupos de atividades com as maiores quedas ocorrendo em combustíveis e lubrificantes (-17,9%), equipamentos e materiais para escritório (-17,7%), além de móveis e eletrodomésticos (-17,2%), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Variação no volume de vendas do comércio - Em % - Janeiro a setembro/ 2016 ⁽¹⁾

Setores	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio Varejista	-6,7	-10,7	-12,9
Combustíveis e lubrificantes	-4,4	-7	-17,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,2	-9,5	-9
Tecidos, vestuário e calçados	-2,5	-14,5	-13,6
Móveis e eletrodomésticos	-17,2	-29,5	-17,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,2	1,2	-7,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-22,3	-8,2	-0,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,6	-19,5	-17,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-12,9	-4,8	-15,1

Setores	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio Varejista Ampliado	-11,4	-14	-12,2
Veículos, motos, partes e peças	-19,3	-22,4	-10,3
Material de construção	-25,4	-13,9	-12,7

Fonte: BNB / ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) avalia que o varejo brasileiro terá um dos piores resultados da história recente do País, com uma projeção de queda para o faturamento anual do varejo restrito de -6,0% em 2016. Para o varejo ampliado, a previsão é de queda de -9,0% no faturamento no corrente ano.

A manutenção do cenário desfavorável para o mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda da renda, além do nível elevado do custo do crédito, proveniente da elevação da taxa real de juros, ainda impactam negativamente no volume de vendas do varejo.

Por sua vez, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurada pela (CNC), em novembro, ficou em 74,3 pontos. Embora o resultado mostre um avanço de 0,5% em relação a outubro, na comparação anual ainda existe uma queda de 2,8% e o índice ainda permanece em um nível menor que 100 pontos, abaixo da zona de indiferença, o que indica uma percepção de insatisfação com a situação atual.

A demora para que ocorra uma efetiva recuperação do mercado de trabalho e a consequente melhora da situação financeira das famílias tem levado à sustentação de um comportamento cauteloso por parte do consumidor. Como resultado, embora os indicadores de confiança estejam avançando, ainda não existe, de fato, uma retomada do consumo.

Referência

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Pesquisa mensal do comércio, setembro. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias>. Acesso em: 15.09.2016

2.5 Serviços

O setor de serviços representa mais de 60% do PIB brasileiro e do Nordeste, sendo vital para a economia nacional e do Nordeste. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços no Brasil recuou 4,9% em setembro em comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrando a décima oitava variação negativa consecutiva nessa mesma base de comparação, configurando a maior queda para o mês de setembro desde quando a série iniciou em janeiro de 2012.

Dessa forma, para os serviços no Brasil, a taxa acumulada nos primeiros nove meses de 2016 ficou em -4,7% e, nos últimos 12 meses, em -5,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2016, os cinco grupamentos de atividades apresentaram recuos nos volumes de serviços, ocorrendo as maiores retrações no segmento de transportes (-7,0%) e serviços profissionais (-5,80%). Serviços prestados às famílias (-4,3%), outros serviços (-3,2%) e serviços de informação e comunicação (-2,7%) também recuaram no corrente ano. Todas as subatividades pesquisadas

registraram decréscimo em 2016 em relação à igual período anterior, com exceção do segmento de transporte aéreo, que registrou variação positiva de 1,5% (Tabela 1).

Tabela 1 – Variação⁽¹⁾ do volume de serviços por atividade e subatividade, Brasil: janeiro a setembro/2016

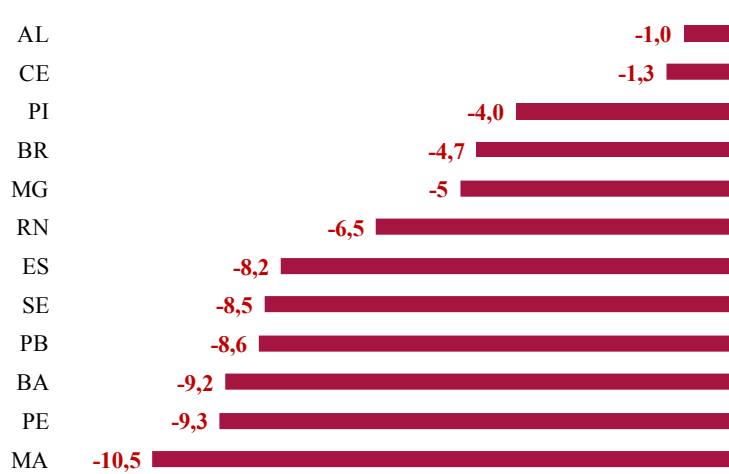
Atividades e subatividades	Variação
Serviços prestados às famílias	-4,3
Serviços de alojamento e alimentação	-4,7
Outros serviços prestados às famílias	-1,8
Serviços de informação e comunicação	-2,7
Serviços de tecnologia de informação e comunicação TIC	-2,2
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-5,8
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-5,8
Serviços técnicos-profissionais	-10,5
Serviços administrativos e complementares	-4,2
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-7,0
Transporte terrestre	-10,0
Transporte aquaviário	-5,0
Transporte aéreo	1,5
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-4,4
Outros serviços	-3,2
Geral	-4,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Variação percentual em relação a igual período do ano anterior.

Considerando a área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), todas as unidades federativas apresentaram variações negativas no acumulado de janeiro a setembro de 2016. Embora com desempenho negativo, somente Alagoas (-1,0%), Ceará (-1,3%) e Piauí (-4,0%) apresentaram resultados superiores à média nacional (-4,7%). Por sua vez, Maranhão (-10,5%), Pernambuco (-9,3%) e Bahia (-9,2%) tiveram as maiores retrações em seus respectivos volumes de serviços, conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação⁽¹⁾ do volume de serviços – Brasil e estados selecionados - Janeiro a setembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Variação percentual em relação a igual período do ano anterior.

Dentre as unidades federativas cujos dados são apresentados, de forma desagregada, cabe destacar que no Ceará, a variação no volume de serviços apresentou recuo de 1,3% no acumulado de janeiro a setembro de 2016, comparado com igual período do ano anterior. A maior retração ocorreu nos serviços prestados às famílias (-10,8%) que envolvem principalmente alojamento e alimentação. Os serviços profissionais, administrativos e complementares, por sua vez, foram os únicos que registraram variação positiva (+4,1%), conforme especificado na Tabela 2.

Os serviços em Pernambuco declinaram 9,3% no corrente ano, em especial as atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares, cuja retração no corrente ano foi de 219,7% (Tabela 2).

A Bahia apresentou recuo em todas as atividades, sendo o menor em serviços de informação e comunicação (-5,8%), e o maior em serviços de transportes (-13,3%). No total, os serviços caíram 9,2% no corrente ano até setembro (Tabela 2).

Em Minas Gerais, as atividades de serviços prestados às famílias apresentaram variação negativa de 9,7%. As demais atividades registraram recuo em 2016, contribuindo para o declínio de 5,0% no setor em 2016 (Tabela 2).

No Espírito Santo, as atividades com maior retração foram outros serviços (-24,8%), serviços profissionais (-21,2%) e serviços prestados às famílias (-12,0%). Os serviços de informação e comunicação apresentaram variação positiva de 1,9% no acumulado do ano, não sendo suficiente para reverter a queda do setor de serviços o estado (-8,2%) no acumulado de 2016 (Tabela 2).

Tabela 2 - Variação⁽¹⁾ do volume de serviços por atividade, estados selecionados: janeiro a setembro/2016

Atividades de Serviços	CE	PE	BA	MG	ES
Serviços prestados às famílias	-10,8	-1,1	-6,8	-9,7	-12,0
Serviços de informação e comunicação	-1,6	-8,0	-5,8	0,9	1,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	4,1	-19,7	-6,5	-8,8	-21,2
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,5	-4,1	-13,3	-8,0	-9,4
Outros serviços	-4,3	-8,5	-12,2	-4,2	-24,8
Geral	-1,3	-9,3	-9,2	-5,0	-8,2

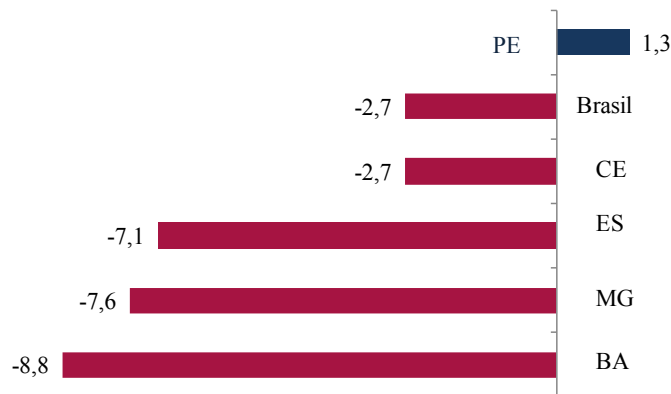
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Variação percentual em relação a igual período do ano anterior.

Especificamente em relação à variação do volume de atividades turísticas, apenas Pernambuco (+1,3%) apresentou crescimento no acumulado de 2016. O Gráfico 2 apresenta os resultados para os estados da área de atuação do BNB nos quais o IBGE realiza a pesquisa.

Num cenário de retração de atividades ligadas ao setor de serviços, a atividade turística no estado de Pernambuco vem se destacando, pois segue em sentido contrário aos resultados até então apresentados. Quanto ao movimento de passageiros, Pernambuco apresentou crescimento de 0,8% no acumulado de 2016, dados até setembro, e no aeroporto de Recife registrou variação positiva de 1,2% na mesma base de comparação. O que ressalta a característica de uma atividade dinâmica no estado pernambucano, evidenciando que as empresas ligadas ao setor apontam à retomada de crescimento do turismo local.

Gráfico 2 – Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços das atividades turísticas Brasil e Estados selecionados – janeiro a setembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Variação percentual em relação a igual período do ano anterior.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) subiu 1,8 ponto entre agosto e setembro, alcançando 80,6 pontos. Após a sétima alta consecutiva, o índice atingiu a maior marca desde fevereiro de 2015 (81,3 pontos).

Apesar disso, a diferença entre o nível do índice de expectativas (91,0) e o índice da situação atual (70,8) alcançou novo recorde de 20,2 pontos, sinalizando que a alta da confiança do setor de serviços está ancorada nas expectativas empresariais, sem alterar significativamente a visão do setor a respeito do cenário atual.

Para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o resultado negativo indica que o setor de serviços sofre com a recuperação lenta da atividade econômica, a despeito da melhora da confiança e considerando a desaceleração da inflação.

Com o tênue arrefecimento da retração econômica nos últimos meses, a CNC estima que a redução do volume de receita do setor de serviços ao final de 2016 deverá ser de - 4,0%. A Confederação destaca que, mesmo com o crescimento da confiança dos empresários e consumidores, a atual projeção é influenciada pelo lento declínio da inflação do setor, bem como em função das taxas de juros em patamares elevados, além da retração na oferta de crédito. Nesse sentido, os serviços deverão apresentar o pior desempenho em termos de volume de vendas desde o início da PMS: de 2012 a 2015, a receita real do setor variou +4,3%, +4,1% e 2,5%, -3,6%, respectivamente.

Referência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Pesquisa mensal dos serviços, setembro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/servicos/pms/default.shtm>. Acesso em: 16.09.2016.

3 TURISMO

O Brasil está entre os quarenta maiores destinos internacionais, abaixo do seu potencial dado a riqueza do seu patrimônio natural, histórico e cultural. Em 2015, foram 10,5 milhões de desembarques de turistas internacionais, o que permitiu gerar uma receita cambial de US\$ 5,8 bilhões. Os desembarques nacionais, por sua vez, somaram 94,5 milhões de passageiros (Infraero, 2016).

No período de janeiro a setembro de 2016, registrou-se 1,8 milhão de voos no País, o que significou uma retração de 11,6% quando comparado com igual período do ano anterior. Os voos domésticos representaram 94% do total de voos. As regiões Sudeste e Nordeste concentraram juntas 64,4% dos voos do País (Infraero, 2016).

No período de janeiro a setembro de 2016, a movimentação de passageiros no País totalizou 146,7 milhões de passageiros, significando um recuo de 7,9% quando comparado a igual período do ano anterior. No período analisado, 89,2% foram passageiros domésticos e 10,8% estrangeiros, prevalecendo portanto o turismo doméstico. A região Sudeste possui o maior fluxo de turismo do Brasil, concentrando 54,5% dos embarques e desembarques (Infraero, 2016).

Conforme dados do BACEN (2016), os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizaram US\$ 4,6 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2016, representando um aumento de 7,7% quando comparado ao valor obtido em igual período do ano anterior (US\$ 4,3 bilhões).

Por sua vez, as despesas de turistas brasileiros no exterior somaram US\$ 10,4 bilhões no acumulado do ano, valor inferior ao registrado em igual período de 2015 (US\$ 14,1 bilhões), significando uma queda de 25,9%.

Devido à redução nas despesas de turistas brasileiros no exterior e considerando o incremento das receitas turísticas, o saldo da conta viagens apresentou um menor déficit no período de janeiro a setembro de 2016 (US\$ 5,8 bilhões) quando comparado ao mesmo período de 2015 (US\$ 9,8 bilhões).

O Nordeste movimentou 253,7 mil voos, com recuo de 11,8%, seguindo a mesma base de comparação. Referida região possui 16 aeroportos com voos regulares, sendo 15 administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e um deles concedido à iniciativa privada, o aeroporto de Natal.

No Nordeste, o recuo do movimento de passageiros foi de 9,1%. Vale enfatizar que a região tem se consolidado como a segunda com maior recepção de turistas do País, tendo participado com 15,9% da movimentação de passageiros do Brasil no período. Bahia, Pernambuco e Ceará concentraram juntos 68,7% dos embarques e desembarques registrados na Região (Infraero, 2016).

No que concerne ao transporte aéreo das empresas aéreas brasileiras, a (ANAC, 2016) divulga dados mensais que permitem acompanhar a variação na demanda e oferta de passageiros, taxa de aproveitamento das aeronaves, além de outras informações relevantes. A demanda é obtida pela multiplicação da quantidade de passageiros pagantes transportados pela quantidade de quilômetros voados, denominado RPK. A oferta é medida pela multiplicação da quantidade de assentos oferecidos pela quantidade de quilômetros voados, chamado ASK. O índice de aproveitamento é dado pela divisão do RPK por ASK.

No período de janeiro a setembro de 2016, a demanda (em RPK) por transporte aéreo doméstico de passageiros apresentou queda de 6,4% quando comparada a igual período de 2015, enquanto a oferta (em ASK) registrou redução de 6,1% considerando o mesmo período. A taxa de aproveitamento no acumulado do ano, ficou em 79,9%, representando redução de 0,27% quando

comparado a igual período do ano anterior. Enfatizando que esses dados são referentes a empresas aéreas brasileiras realizando voos domésticos (ANAC, 2016).

Com relação aos voos internacionais, a demanda (em RPK) do transporte aéreo de passageiros registrou queda de 2,2% no acumulado de janeiro a setembro de 2016 em comparação com igual período do ano anterior. A oferta (em ASK) retraiu-se em 4,2%, com isso a taxa de aproveitamento em voos internacionais foi de 83,2%, representando retração de 2,2%, seguindo a mesma base de comparação.

A demanda (em RPK) por transporte aéreo doméstico de passageiros registrou queda de 4,9% em setembro de 2016, comparada com o mesmo mês de 2015, enquanto a oferta (em ASK) registrou redução de 5,5% no mesmo período. Com o resultado de setembro de 2016, a demanda doméstica apresentou o décimo quarto mês consecutivo de retração. Já a oferta doméstica apresentou a décima terceira baixa sucessiva do indicador.

Segundo ANAC (2016), a demanda doméstica está em retração há quatorze meses consecutivos e a oferta doméstica há treze meses. A demanda e oferta internacional estão em retração há sete meses.

Referências

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil (2016). Relatório de demanda e oferta do transporte aéreo. Disponível em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/relatorio-demanda-e-oferta-do-transporte-aereo-empresas-brasileiras>. Acesso em: 25.11.2016.

BACEN-Banco Central do Brasil (2016). Balanço de pagamentos. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 25.11.2016.

INFRAERO-Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (2016). Movimento operacional da rede Infraero. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatisticas/estatisticas.html>. Acesso em: 20.11.2016

4 MERCADO DE TRABALHO

O Brasil encerrou o terceiro trimestre de 2016 com taxa de desemprego de 11,8%, apresentando variação de 2,9 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2015. Nesse período, o contingente de pessoas ocupadas encolheu 2,2 milhões, recuo de 2,4%. Por outro lado, a população desocupada aumentou em 3,0 milhões, isto é, incremento de 33,9%.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Nordeste encerrou o terceiro trimestre de 2016 com taxa de desocupação de 14,1%, aumento de 3,3 pontos percentuais em relação à igual período de 2015. No penúltimo trimestre do ano, cerca de 3,4 milhões de pessoas passaram a procurar emprego na Região, resultado superior em 26,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, ou seja, incremento de 739 mil pessoas no contingente de desocupados (Tabela 1). Vale registrar que o Nordeste vem apresentando as maiores taxas de desocupação entre as cinco Grandes Regiões desde o início da série, iniciada em 2012.

A Bahia apresentou a maior taxa de desocupação entre as unidades federativas pesquisadas no Brasil (15,9%). Comparativamente ao mesmo trimestre de 2015, cresceu 3,1 pontos percentuais. Dessa forma, cerca de 1.151 mil pessoas passaram a procurar emprego na Bahia somente neste penúltimo trimestre de 2016. Pernambuco, com taxa de desocupação de 15,3%, apresentou redução de 325 mil pessoas da população ocupada e aumento de 145 mil no contingente de desocupados em relação ao mesmo trimestre de 2015 (Tabela 1).

Por sua vez, a população ocupada do Nordeste alcançou 21,28 milhões de pessoas no penúltimo trimestre de 2016, representando decréscimo de 1,46 milhões de pessoas em relação ao terceiro trimestre de 2015. No mesmo período, Bahia (-455 mil pessoas), Pernambuco (-325 mil pessoas) e Maranhão (-273 mil pessoas) foram as unidades federativas que mais reduziram o quadro de suas respectivas populações ocupadas. Os três estados foram responsáveis pela perda de 1.053 mil pessoas do total da população ocupada no Nordeste. Referidas unidades federativas participaram com 72,1% das pessoas que saíram da condição de ocupada na Região. Diante desse quadro de arrefecimento da economia regional no terceiro trimestre de 2016, a deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos grandes setores de maior importância econômica no Nordeste.

Tabela 1 – Taxa de desocupação, população ocupada e desocupada: Brasil, Nordeste e Estados – 3º trimestre de 2016

Estados	Desocupação		População Ocupada ⁽¹⁾		População Desocupada ⁽¹⁾	
	(%) Taxa	Var (p.p.) ⁽²⁾	Estimativa	Var. Absoluta ⁽²⁾	Estimativa	Var. Absoluta ⁽²⁾
Maranhão	11,9	3,5	2.368	-273	319	75
Piauí	9,4	1,8	1.287	-96	133	19
Ceará	13,1	3,6	3.396	-52	510	147
Rio Grande do Norte	14,1	1,5	1.318	-51	217	19
Paraíba	12,8	2,5	1.458	-120	214	32
Pernambuco	15,3	4,1	3.389	-325	614	145
Alagoas	14,8	4,1	1.101	-31	191	55
Sergipe	14,2	5,6	885	-56	147	59
Bahia	15,9	3,1	6.083	-455	1.151	188
Nordeste	14,1	3,3	21.284	-1.460	3.494	739
Brasil	11,8	2,9	89.835	-2.255	12.022	3.043

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do PNAD, IBGE (2016).

Nota: (1) Em mil pessoas; (2) Tanto a variação em pontos percentuais (p.p) quanto a variação absoluta é em relação ao mesmo trimestre do ano de 2015.

Por agrupamento das atividades econômicas, entre o terceiro trimestre de 2016 e o de 2015, verificou-se significativa redução da população ocupada para o Brasil nas categorias em seguida especificadas: indústria geral, com redução 1.301 mil pessoas; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas que apresentou decréscimo de 977 mil pessoas; e agricultura, pecuária, produção de florestas, pesca e aquicultura com menos 442 mil pessoas ocupadas, conforme a Tabela 2.

No cenário regional foram verificadas, em geral, semelhanças com os dados nacionais entre o intervalo do terceiro trimestre de 2016 com o de 2015. As três categorias que mais reduziram população ocupada na Região são as mesmas do quadro nacional, com inversões apenas na ordem, ou seja: agricultura, pecuária, produção de florestas, pesca e aquicultura (-468 mil pessoas); informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-251 mil pessoas) e indústria geral (-212 mil pessoas), como disposto na Tabela 2.

Os principais grupamentos que geram empregos formais no Brasil são: comércio, com 19,0% do total do pessoal ocupado; seguido da administração pública (17,5%); e da indústria geral (12,9%). Já o Nordeste apresenta os seguintes agrupamentos com a maior proporção de geração de empregos: comércio (20,6%); administração pública (17,9%); e agricultura, pecuária, produção de florestas, pesca e aquicultura (15,1%).

No comparativo do terceiro trimestre de 2016 frente ao mesmo período do ano anterior, os agrupamentos das atividades que mais contribuíram para o recuo da população ocupada na Bahia foram: comércio (-191 mil pessoas); agricultura, pecuária e produção florestal (-88 mil pessoas); e informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e administrativas (-74 mil pessoas).

Pernambuco apresentou perda predominante da população ocupada nos seguintes agrupamentos de atividades econômicas: agricultura, pecuária e produção florestal (-94 mil pessoas); informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e administrativas (-87 mil pessoas); e indústria geral (-64 mil pessoas).

Segue o Maranhão que evidenciou perda de população ocupada em alguns grupos de atividades econômicas, como: agricultura, pecuária e produção florestal (-208 mil pessoas); construção (-27 mil pessoas); e indústria geral (-25 mil pessoas).

Tabela 2 – População ocupada segundo atividade econômica - Brasil, Nordeste e Estados: Variação⁽¹⁾ 3º trim 2016/2015.

Estados	Agricultura	Indústria Geral	Construção	Comércio	Transporte	Alojamento	Informação	Administ. Pública	Outros Serviços	Serviços Domésticos
Maranhão	-208	-25	-27	-21	5	9	-9	4	11	-12
Piauí	-67	0	-11	-20	1	4	-6	-1	2	2
Ceará	39	-27	-42	-4	3	22	-16	-35	19	-10
Rio G. do Norte	2	9	-5	-24	4	-14	-11	-7	5	-10
Paraíba	-33	-32	-24	-23	5	10	-16	0	-7	1
Pernambuco	-94	-64	-8	-30	3	-20	-87	-25	-3	5
Alagoas	-18	-11	0	-6	3	9	-17	9	-8	7
Sergipe	-1	-21	6	-25	-3	4	-15	-4	4	-2
Bahia	-88	-40	-27	-191	-6	57	-74	-59	-38	10
Nordeste	-468	-212	-137	-343	15	80	-251	-118	-16	-9
Brasil	-442	-1.301	-171	-501	220	345	-977	306	97	168

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do PNAD, IBGE (2016).

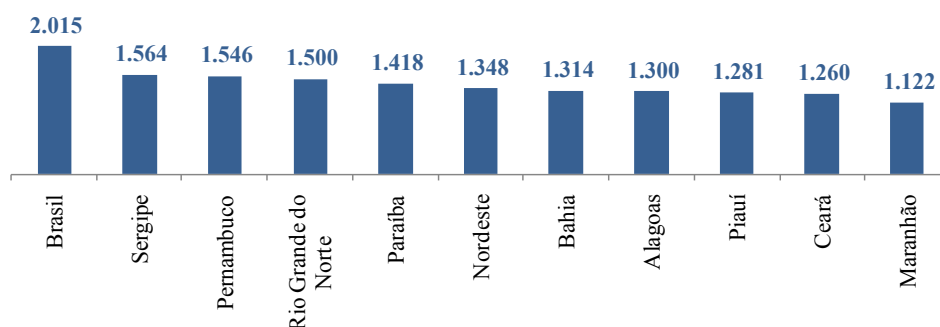
Nota: (1) Variação em pontos percentuais (p.p) quanto à variação absoluta é em relação ao mesmo trimestre do ano de 2015, Em mil pessoas.

Quanto ao rendimento médio no Nordeste, ocorreu desvalorização em 3,9% no terceiro trimestre de 2016 em comparação com igual período do ano anterior. Apenas Maranhão (+3,5%) e Sergipe

(+0,8%) apresentaram crescimento no rendimento médio recebido por trabalhador no terceiro trimestre de 2016 frente ao mesmo trimestre de 2015. Com a deterioração do mercado de trabalho regional, na mesma base de comparação, as maiores perdas nos rendimentos médios ocorreram na Bahia (-7,4%), Alagoas (-6,1%), Ceará (-5,8%), Rio Grande do Norte (-4,3%), Pernambuco (-2,2%), Paraíba (-1,9%) e Piauí (-0,9%).

Somente Sergipe (R\$ 1.564), Pernambuco (R\$ 1.546), Rio Grande do Norte (R\$ 1.500) e Paraíba (R\$ 1.418) apresentaram rendimento acima da média da Região (R\$ 1.348) no terceiro trimestre de 2016, conforme o Gráfico 1. Enquanto, Ceará (R\$ 1.260) e Maranhão (R\$ 1.122) registraram os menores rendimentos médios dentre os estados do Nordeste.

Gráfico 1 – Rendimento médio: Brasil, Nordeste e Estados real – 3 trimestre de 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do PNAD, IBGE (2016).

Ainda no contexto regional, no terceiro trimestre de 2016, os maiores rendimentos foram observados nas atividades da administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (média equivalente a R\$ 2.260), seguido por informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, média de R\$ 1.921 mensais (Tabela 3). Já a atividade da agricultura, pecuária e produção florestal (R\$ 514) e serviços domésticos (R\$ 548) apresentaram os menores rendimentos médios reais, correspondendo a cerca de 38,1% e 40,7%, respectivamente, do rendimento médio da Região (R\$ 1.348).

Tabela 3 - Rendimento médio real segundo atividade econômica (em R\$) - Brasil, Nordeste e Estados: 3º trim 2016/2015

Estados	Agricultura	Indústria Geral	Construção	Comércio	Transporte	Alojamento	Informação	Administ. Pública	Outros Serviços	Serviços Domésticos
Maranhão	447	1.213	1.037	1.119	1.107	851	1.665	1.783	886	516
Piauí	363	1.100	1.079	1.068	1.541	906	1.946	2.389	911	492
Ceará	396	1.107	1.113	1.158	1.535	1.028	1.885	2.198	1.290	568
Rio G. do Norte	717	1.183	1.207	1.156	1.350	964	1.863	2.527	1.069	613
Paraíba	526	1.033	1.036	1.195	1.349	918	1.883	2.264	1.085	501
Pernambuco	550	1.110	1.235	1.472	1.432	1.028	2.073	2.555	1.552	641
Alagoas	612	1.158	1.001	1.210	1.333	896	1.626	2.120	999	608
Sergipe	597	1.628	1.177	1.220	1.257	943	1.962	3.053	1.221	620
Bahia	559	1.352	1.091	1.254	1.462	1.008	1.953	2.120	1.081	490
Nordeste	514	1.195	1.113	1.234	1.401	976	1.921	2.260	1.169	548
Brasil	1.123	2.049	1.626	1.675	2.045	1.378	2.910	2.914	1.536	814

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do PNAD, IBGE (2016).

Nota 2: Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), em setembro de 2016, verifica-se que a perda de empregos com carteira de trabalho assinada no Brasil foi de 39.282 postos de trabalho (resultado do total dos 1.142.797 admitidos e dos 1.182.079 demitidos). Entre janeiro a setembro de 2016, a perda de postos de emprego aumenta para 683.597 postos (proveniente dos 11.525.779 admitidos e dos 12.209.376 demitidos), o que corresponde a uma retração de 1,72% do contingente de trabalhadores formais do País em relação ao mesmo período do ano anterior, como disposto na Tabela 1.

A deterioração do mercado de trabalho é reflexo da recessão econômica brasileira, conforme as Contas Trimestrais Nacionais (IBGE, 2016), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central para a Região Nordeste, que atingiu variação negativa de 4,4% no acumulado em 12 meses.

Setorialmente, todas as atividades econômicas apresentaram cenário adverso no mercado de trabalho, com perdas de postos de trabalho, com exceção a agricultura e a administração pública que encerraram o semestre com geração de 74.811 e 18.151 postos de empregos formais, respectivamente. Somente o comércio, a construção civil, serviços e a indústria de transformação foram responsáveis pela perda de 764.1793 postos de empregos formais no Nordeste. De sobremaneira, este quadro resulta do baixo nível da atividade econômica Nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil - Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica

Geográfica	set/16				Acumulado no Ano (jan/16 a set/16)			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%) (1)	Admissão	Desligamento	Saldo	(%) (2)
Comércio	288.923	284.983	3.940	0,04	2.744.053	3.005.598	-261.545	-2,84
Construção Civil	107.778	135.369	-27.591	-1,11	1.218.148	1.410.010	-191.862	-7,21
Serviços	462.553	477.694	-15.141	-0,09	4.717.586	4.891.936	-174.350	-1,02
Indústria de Transformação	199.594	190.231	9.363	0,13	1.890.021	2.026.443	-136.422	-1,79
Extrativa Mineral	2.481	3.173	-692	-0,34	27.112	33.497	-6.385	-3,05
S. I. U. P.	4.585	5.100	-515	-0,13	56.920	62.915	-5.995	-1,45
Administração Pública	2.445	2.893	-448	-0,05	60.611	42.460	18.151	2,04
Agricultura	74.438	82.636	-8.198	-0,50	811.328	736.517	74.811	4,81
Brasil	1.142.797	1.182.079	-39.282	-0,10	11.525.779	12.209.376	-683.597	-1,72

Fonte: BNB/ETENE com dados do CAGED/MTPS (2016).

Nota: (1) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior; (2) Variação % de jan-set/2016 em relação a jan-set/2015.

Regionalmente, apenas o Centro-Oeste registrou geração de novos postos de emprego (+7.154 postos de emprego) no acumulado entre janeiro a setembro de 2016. Na mesma base de comparação, Sudeste (-414.378 postos) aparece com mais perdas de emprego formal, seguido por Nordeste (- 173.148 postos), Sul (-57.432 postos) e Norte (-45.148 postos), como disposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil - Movimentação dos admitidos e desligados por nível geográfico

Geográfica	set/16				Acumulado no Ano (jan/16 a set/16)			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%) (1)	Admissão	Desligamento	Saldo	(%) (2)
Norte	48.115	49.157	-1.042	-0,06	492.411	538.204	-45.793	-2,48
Nordeste	184.754	155.234	29.520	0,46	1.610.164	1.783.312	-173.148	-2,63
Maranhão	10.684	12.282	-1.598	-0,34	116.058	128.207	-12.149	-2,54
Piauí	6.772	7.634	-862	-0,30	72.431	81.862	-9.431	-3,14
Ceará	31.634	30.641	993	0,08	312.770	340.715	-27.945	-2,33
Rio Grande do Norte	12.316	10.284	2.032	0,47	109.234	120.332	-11.098	-2,51
Paraíba	9.005	8.439	566	0,14	96.548	103.549	-7.001	-1,69
Pernambuco	44.323	28.602	15.721	1,24	307.100	339.098	-31.998	-2,43
Alagoas	19.978	6.583	13.395	3,89	86.513	103.070	-16.557	-4,45
Sergipe	6.192	6.588	-396	-0,14	63.390	78.392	-15.002	-4,92
Bahia	43.850	44.181	-331	-0,02	446.120	488.087	-41.967	-2,39
Sudeste	579.539	643.060	-63.521	-0,31	5.976.482	6.390.860	-414.378	-1,99
Sul	223.474	222.339	1.135	0,02	2.337.077	2.394.509	-57.432	-0,79
Centro-Oeste	106.915	112.289	-5.374	-0,17	1.109.645	1.102.491	7.154	0,22
Brasil	1.142.797	1.182.079	-39.282	-0,10	11.525.779	12.209.376	-683.597	-1,72

Fonte: BNB/ETENE com dados do CAGED/MTPS (2016).

Nota: (1) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior; (2) Variação % de jan-set/2016 em relação a jan-set/2015.

Para o recorte das unidades federativas, com exceção Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso que apresentação geração de empregos, todos apresentaram perda de postos de emprego formal no acumulado entre janeiro e setembro de 2016. Bahia, Pernambuco e Ceará ficaram entre os dez estados do Brasil que mais eliminaram postos de trabalho (Tabela 3).

Tabela 3 – Brasil - Movimentação dos admitidos e desligados por Unidade Federativa

Geográfica	Acumulado no Ano (jan/16 a set/16)			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
Goiás	441.414	427.069	14.345	1,19
Mato Grosso do Sul	184.497	177.797	6.700	1,30
Mato Grosso	281.562	276.510	5.052	0,77
Roraima	17.379	16.693	686	1,33
Acre	20.417	20.736	-319	-0,38
Tocantins	51.939	52.847	-908	-0,51
Amapá	14.506	17.870	-3.364	-4,52
Rondônia	81.916	88.407	-6.491	-2,59
Santa Catarina	688.954	695.573	-6.619	-0,33
Paraíba	96.548	103.549	-7.001	-1,69
Piauí	72.431	81.862	-9.431	-3,14
Rio Grande do Norte	109.234	120.332	-11.098	-2,51
Maranhão	116.058	128.207	-12.149	-2,54
Amazonas	102.136	116.153	-14.017	-3,24
Sergipe	63.390	78.392	-15.002	-4,92
Alagoas	86.513	103.070	-16.557	-4,45
Distrito Federal	202.172	221.115	-18.943	-2,37
Paraná	847.643	868.868	-21.225	-0,80
Pará	204.118	225.498	-21.380	-2,76
Espírito Santo	228.812	254.579	-25.767	-3,43

Geográfica	Acumulado no Ano (jan/16 a set/16)			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
Ceará	312.770	340.715	-27.945	-2,33
Rio Grande do Sul	800.480	830.068	-29.588	-1,14
Pernambuco	307.100	339.098	-31.998	-2,43
Bahia	446.120	488.087	-41.967	-2,39
Minas gerais	1.290.109	1.339.401	-49.292	-1,22
Rio de Janeiro	996.005	1.161.573	-165.568	-4,44
São Paulo	3.461.556	3.635.307	-173.751	-1,41
Brasil	11.525.779	12.209.376	-683.597	-1,72

Fonte: BNB/ETENE com dados do CAGED/MTPS (2016).

Nota: (1) Variação % de jan-set/2016 em relação a jan-set/2015.

O agravamento do cenário do mercado de trabalho do Nordeste corrobora com a evolução do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCR-NE) para a Região Nordeste, que atingiu variação negativa de 4,4% no acumulado em 12 meses quando se compara com o mesmo período do ano anterior. O IBCR-NE subsidia no acompanhamento em nível econômico regional, pois procura, com as devidas adaptações, reproduzir antecipadamente o movimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

No nordeste, o setor do comércio foi o setor que mais perdeu postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2016 fechou com eliminação de 56.617 postos de empregos formais, resultado que deriva, sobretudo, da fraca performance do comércio varejista e comércio varejista ampliado (Tabela 4). Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, agosto de 2016), no acumulado entre janeiro e setembro de 2016, as vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado recuaram em todos os estados do Nordeste.

Por conseguinte, a construção civil e a indústria de transformação perderam 53.930 e 36.813 profissionais com carteira assinada, respectivamente, entre janeiro a setembro de 2016 como mostra a Tabela 4. Os impactos negativos no mercado de trabalho dos dois setores foram influenciados, em grande medida, pela redução na fabricação na fabricação de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo semi e não-duráveis. Conforme a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (setembro de 2016), no acumulado do período janeiro a agosto de 2016, a produção industrial do Nordeste reduziu em 3,7%, alcançando maiores proporções de queda do índice em Pernambuco (-12,7%), Bahia (-4,7%) e Ceará (-4,6%).

Bahia, Pernambuco e Ceará foram responsáveis por 66,2% dos admitidos na Região, ou seja, 1.065.990 admitida entre janeiro a setembro de 2016. No entanto, as três economias finalizaram o mesmo período com 1.167.900 desligamentos (65,5% da Região), fechando com perda de 101.910 postos de trabalho.

Bahia registrou a maior perda de empregos formais entre janeiro a setembro de 2016, com redução de 41.967 postos de trabalho, em razão, principalmente, do baixo desempenho dos setores de serviços (-19.756 postos), comércio (-14.866 postos) e da construção civil (-12.665 postos).

Para Pernambuco, a redução dos postos de trabalho ficou em 31.998, decorrente principalmente do saldo negativo de emprego dos setores de comércio (-12.859 postos), serviços (-12.114 postos) e indústria de transformação (-8.562 postos).

Ceará indicou saldo negativo de empregos formais em 27.945 postos de trabalho, explicado pelo desempenho desfavorável dos setores do comércio (-10.858 postos), construção civil (-8.613 postos) e indústria de transformação (-7.473 postos).

Tabela 4 – Nordeste - Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica

Setor	Acumulado no Ano (jan/16 a set/16)		
	Admissão	Desligamento	Saldo
Comércio	363.029	419.846	-56.817
Construção civil	228.078	282.008	-53.930
Indústria de transformação	237.264	274.077	-36.813
Serviços	632.495	666.826	-34.331
SIUP	11.333	16.915	-5.582
Extrativa mineral	4.664	5.977	-1.313
Administração pública	5.636	2.936	2.700
Agropecuária	127.665	114.727	12.938
Nordeste	1.610.164	1.783.312	-173.148

Fonte: BNB/ETENE com dados do CAGED/MTPS (2016).

Referências

BRASIL (2016). MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Evolução de emprego do CAGED. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 05 Dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Contas Nacionais Trimestrais - Janeiro / Outubro 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201602caderno.pdf> Acesso em: 3 outubro de 2016.

_____ (2016). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/>> Acesso em: 29 Nov. 2016.

5 SETOR EXTERNO

5.1 Comércio Exterior

A balança comercial brasileira apresentou superávit recorde de US\$ 36,2 bilhões entre janeiro e setembro deste ano, segundo dados do MDIC (2016). No mesmo período do ano passado, o saldo positivo foi menor (US\$ 10,2 bilhões).

As exportações brasileiras atingiram US\$ 139,4 bilhões registrando queda de 3,6% enquanto as importações somaram US\$ 103,2 bilhões, com expressiva retração de 23,1%, no período comparativo janeiro a setembro de 2016 frente a janeiro a setembro de 2015.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou, no período em análise, US\$ 242,6 bilhões, redução de 13,0% comparativamente ao mesmo período de 2015. A diminuição da corrente de comércio no Brasil está relacionada com a queda do comércio internacional, declínio dos preços das commodities além da retração da economia doméstica.

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (13,3%) foi o principal produto da pauta de exportação seguido de minério de ferro (5,7%) e óleos brutos de petróleo (5,1%), nos nove primeiros meses do ano. Comparativamente a igual período de 2015, apenas minério de ferro (-4,3%) registrou incremento na receita. Por outro lado, soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (-3,4%) e óleos brutos de petróleo (-23,7%) apresentaram desempenho negativo.

Já a balança comercial nordestina registrou déficit de US\$ 4.660,5 milhões no acumulado de janeiro-setembro deste ano, inferior ao valor computado no mesmo período do ano anterior (-US\$ 6.349,5 milhões). Tanto as exportações (US\$ 9.372,3 milhões) como as importações (US\$ 14.032,8 milhões) apresentaram queda de 13,2% e 18,3%, respectivamente, relativamente a janeiro-setembro do ano passado.

Gráfico 1-Nordeste: Exportação, Importação e Saldo (em US\$ milhões FOB)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC (2016).

A análise por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no acumulado do ano, as vendas dos produtos básicos representaram 23,6% da pauta, seguida dos manufaturados (45,2%) e semimanufaturados (30,2%). Todos os grupos apresentaram redução nas vendas.

No grupo dos básicos, as exportações de soja (9,8% do total da pauta regional) registraram retração de 46,2% em termos de valor e de 44,2% na quantidade embarcada causada pela longa estiagem que assola a Região e pela queda dos preços internacionais do produto. O estado da Bahia, responsável por 50,8% das exportações de soja da Região apresentou queda de 39,5% nas vendas externas do grão, no período janeiro a setembro de 2016 sobre igual período do ano anterior. Maranhão e Piauí que respondem por 38,6% e 10,6% das exportações do produto também registraram retração de 46,8% e 64,6%, respectivamente.

Tabela 1 - Nordeste - Exportação por fator agregado - jan - set 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Fator Agregado	jan - set / 2016		jan - set / 2016		Variação %
	Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	
Básicos	2.209	23,6	3.092	28,6	-28,6
Industrializados	7.072	75,5	7.581	70,2	-6,7
Semimanufaturados	2.834	30,2	3.323	30,8	-14,7
Manufaturados	4.238	45,2	4.258	39,4	-0,5
Op. especiais	91	1,0	125	1,2	-26,7
TOTAL	9.372,3	100,0	10.797,7	100,0	-13,2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC (2016).

Pasta química de madeira de não conífera (11,1% da pauta), alumina calcinada (6,6%) e catodos de cobre refinado (4,5%) foram os principais produtos semimanufaturados exportados no acumulado do ano até setembro. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, as exportações de pasta química de madeira (-21,2%) e alumina calcinada (-26,6%) retrocederam enquanto as que as vendas de catodos de cobre refinado registraram incremento de 4,3%.

No grupo dos manufaturados, automóveis de passageiros (3,8% da pauta) e óleos combustíveis (3,6%) foram os principais produtos embarcados. As vendas externas de automóveis aumentaram 11,8% e as de óleos combustíveis caíram 30,3%, no período em análise.

Já a decomposição das importações nordestinas por categoria de uso (Tabela 2) mostra a concentração das aquisições em Bens Intermediários (36,8%), Bens de Capital (26,1%) e Combustíveis e Lubrificantes (30,4%). As compras de bens de capital, que incluem máquinas e equipamentos usados na produção de outros bens, registraram crescimento de 44,2%. Por outro lado, a importação de bens intermediários retrocedeu 20,1%, devido, principalmente, a redução nas aquisições de insumos industriais (-28,4%) que estão diretamente relacionadas à produção industrial da Região. No segmento Combustíveis e Lubrificantes, a redução de 36,0% foi devida a queda nas aquisições de óleo diesel (-60,1%) e gás natural liquefeito (-65,6%) no período em análise.

Tabela 2: Nordeste - Importação por categoria de uso - jan - set 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Categoria de Uso	jan - set / 2016		jan - set / 2016		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	3.660	26,1	2.539	14,8	44,2
Bens intermediários	5.162	36,8	6.460	37,6	-20,1
Bens de consumo	941	6,7	1.504	8,8	-37,4
Bens duráveis	412	2,9	799	4,7	-48,4
Bens não duráveis	529	3,8	706	4,1	-25,0
Combustíveis e lubrificantes	4.269	30,4	6.674	38,9	-36,0
TOTAL	14.032,8	100,0	17.177,7	100,0	-18,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC (2016).

Os principais parceiros comerciais do Nordeste, China, Estados Unidos e Argentina responderam por 44,5% das exportações e 36,1% das importações da Região. No acumulado dos nove primeiros meses deste ano frente a igual período do ano anterior, os embarques para os Estados Unidos e Argentina aumentaram 17,8% e 25,0%, respectivamente, e as vendas para China caíram 39,7%. Por seu turno, os desembarques dos produtos oriundos da China (-21,4%), Estados Unidos (-14,3%) e Argentina (-8,8%) retrocederam. A balança comercial nordestina é superavitária com a China (+US\$ 87 milhões) e deficitária com os Estados Unidos (-US\$ 851 milhões) e Argentina (-US\$ 132 milhões).

O estado da Bahia é o maior exportador (55,3%) e importador (35,7%) da Região Nordeste. Dos estados nordestinos, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia registraram saldo positivo na balança comercial (Tabela 3). A Tabela 4 mostra os principais produtos exportados e importados por estado da Região nos nove primeiros meses de 2016.

Tabela 3 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % jan-set 2016/2015	Valor	Part. (%)	Var % jan-set 2016/2015	
Maranhão	1.682.323	17,9	-30,6	1.680.469	12,0	-45,2	1.854
Piauí	154.813	1,7	-56,0	54.023	0,4	-44,9	100.791
Ceará	827.967	8,8	11,0	3.020.896	21,5	34,9	-2.192.929
Rio G. do Norte	179.720	1,9	-14,7	140.553	1,0	-35,0	39.168
Paraíba	87.451	0,9	-16,2	223.116	1,6	-43,8	-135.665
Pernambuco	933.054	10,0	56,8	3.378.891	24,1	-17,4	-2.445.838
Alagoas	245.189	2,6	-32,5	411.369	2,9	-7,8	-166.180
Sergipe	75.421	0,8	15,0	113.526	0,8	-29,5	-38.105
Bahia	5.186.352	55,3	-12,7	5.010.004	35,7	-22,5	176.349
NORDESTE	9.372.290	100,0	-13,2	14.032.847	100,0	-18,3	-4.660.556

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC (2016).

Tabela 4 – Estados do Nordeste - Principais Produtos Exportados e Importados - Jan-set 2016 – Em %

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (36,6%), Pasta química de madeira de n/conif. (25,8%), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (21,1%)	“Gasóleo” (óleo diesel) (29,4%), Outras gasolinas, exceto para aviação (27,4%), Álcool etílico (9,4%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (63,0%), Ceras vegetais (19,4%), Mel natural (6,6%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto p/ semeadura (12,2%), Laminado de ferro/aço (11,5%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (7,7%)
Ceará	Castanha de caju (9,4%), Couros e peles de bovinos (7,6%), partes de outros motores/ geradores/ grupos eletrogeradores, etc (6,6%)	Gás natural, liquefeito (6,7%), Outros fornos n/ eletr. p/ustulação, etc. de minérios/metals (4,9%), Outras máquinas e aparelhos mecânicos c/função própria (4,5%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (14,5%), Sal marinho, a granel (12,5%), Castanha de caju (11,0%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exceto p/ semeadura (28,8%), Outros fornos n/ eletr. p/ ustulacao, etc. de minérios /metals (4,7%), Outros tipos de algodão não cardado nem penteado (3,2%)

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Paraíba	Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias, etc. (46,8%), Sucos (sumo) de outras frutas, n/fermentado s/adição de açúcar (8,3%), Fio algodão (5,5%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exceto p/ semeadura (15,7%), Malte não torrado, inteiro ou partido (11,5%), Calçados p/esportes, etc. de matéria têxtil, sola borracha/plástico (9,2%)
Pernambuco	“Fuel-oil” (16,4%), Tereftalato de polietileno em forma primaria (16,1%), Outros veículos automóveis c/motor diesel, /carga (14,7), Automóveis c/ motor explosão (12,0%)	Outros propanos liquefeitos (8,9%), “gasóleo” (óleo diesel) (7,9%), Querosenes de aviação (5,8%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (82,3%), Policloreto de vinila, obtido por processo de suspensão, forma primaria (9,5%), Outros açúcares de cana, sacarose química pura (1,5%)	Óleos brutos de petróleo (28,6%), Outros óleos e prod. de destilação de alcatrão e de hulha (4,5%), Outros alhos frescos ou refrigerados (3,9%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (45,4%), Outros sucos de abacaxi (16,8%), Outros recipientes tubulares, de alumínio (9,7%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exceto p/ semeadura (17,2%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio, inclusive mistura hidrogênio etc (16,7%), Sulfato de amônio (6,7%)
Bahia	Pasta química de madeira de não conífera (11,6%), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (9,0%), Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta (8,1%), Automóveis (4,7%)	Naftas para petroquímica (23,5%), Sulfetos de minérios de cobre (1,9%), Gás natural, liquefeito (7,6%)

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC (2016).

Referência

Brasil (2016). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Balança comercial: Unidades da Federação. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>. Acesso em 17.10.2016.

6 FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 Transferências de recursos federais são fundamentais para o Nordeste

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das unidades federativas brasileiras.

O ICMS é um tributo de aplicação complexa, que cria burocracia para as empresas e animosidade nas relações entre as unidades federativas. As alíquotas internas são diferenciadas com base no tipo de fato gerador (tipo de produto ou serviço) e variam de um Estado para outro.

A discrepância nas alíquotas interestaduais criaram condições desiguais de competição e levaram o País a chamada "guerra fiscal", que consiste em uma competição entre os entes federativos para atrair investimentos privados através da concessão de benefícios e incentivos, inclusive fiscais.

Parte do ICMS é pago na origem, ou seja, a empresa que vende realiza o recolhimento, beneficiando assim os estados produtores, mais desenvolvidos economicamente, que conseguem maior arrecadação. A outra parcela do imposto é recolhida na unidade federativa compradora.

Em 2015, a arrecadação total com esse tributo alcançou R\$ 398 bilhões no País, valor superior ao obtido com o recolhido pelo Imposto de Renda. Em 2016, de janeiro a setembro, o total arrecadado somou R\$ 307,8 bilhões.

A arrecadação de ICMS no País cresceu 4,0%, em termos nominais, de janeiro a setembro de 2016, quando comparado com o mesmo período de 2015. Quando se desconta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), obtém-se uma perda real de 4,9%.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por mais da metade da arrecadação desse imposto nos nove primeiros meses de 2016. Já o Nordeste participou com 16,5% (Tabela 1).

Além disso, dez estados concentraram cerca de 80% da arrecadação do ICMS, dentre os quais figuraram apenas dois do Nordeste, Bahia e Pernambuco, com 4,6% e 3,2%, respectivamente, do total da arrecadação em 2016 (janeiro a setembro), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS - R\$ Milhões - Janeiro a setembro de 2016

Unidade Geográfica	2015	Part.% ⁽¹⁾	2016	Part.% ⁽²⁾	Var. Nominal % ⁽³⁾	Var. Real % ⁽³⁾
Alagoas	2.289	0,8	2.652	0,9	15,9	6,0
Bahia	13.476	4,6	14.275	4,6	5,9	-3,1
Ceará	7.259	2,5	7.691	2,5	5,9	-3,1
Maranhão	3.689	1,2	4.370	1,4	18,5	8,4
Paraíba	3.383	1,1	3.543	1,2	4,7	-4,2
Pernambuco	9.578	3,2	9.855	3,2	2,9	-5,9
Piauí	2.429	0,8	2.547	0,8	4,9	-4,1
Rio Grande do Norte	3.376	1,1	3.585	1,2	6,2	-2,9
Sergipe	2.152	0,7	2.190	0,7	1,7	-6,9
Nordeste	47.631	16,1	50.708	16,5	6,5	-2,6
Norte	18.488	6,2	18.570	6,0	0,4	-8,1
Sudeste	152.471	51,5	154.772	50,3	1,5	-7,2
Sul	50.174	17,0	54.728	17,8	9,1	-0,2
Centro-Oeste	27.144	9,2	28.990	9,4	6,8	-2,3
Brasil	295.908	100,0	307.768	100,0	4,0	-4,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Ministério da Fazenda.

Notas: (1) Participação em relação ao total arrecadado no Brasil no período de jan a set de 2015. (2) Participação (%) em relação ao total arrecadado no Brasil no período de jan/set de 2016. (3) Variação (%) em relação ao mesmo período de 2015.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 6,5% em termos nominais, implicando uma perda real de 2,6%, de janeiro a setembro de 2016 em comparação com iguais meses do ano anterior.

Somente dois estados nordestinos obtiveram crescimento real, Maranhão (8,4%) e Alagoas (6,0%), no período em consideração. Os resultados mais modestos ocorreram em Pernambuco e Sergipe, com crescimentos nominais de 2,9% e 1,7%, respectivamente. As reduções em termos reais ficaram em 5,9% e 6,9%, respectivamente, nessas duas unidades federativas (Tabela 1).

Ressalte-se que Bahia (28,2%), Pernambuco (19,4%) e Ceará (15,2%) responderam por 62,8% do ICMS arrecadado no Nordeste, no período de janeiro a setembro de 2016. Por outro lado, Alagoas (5,2%), Piauí (5,0%) e Sergipe (4,3%) obtiveram os menores percentuais de arrecadação na Região no período em análise (Tabela 1).

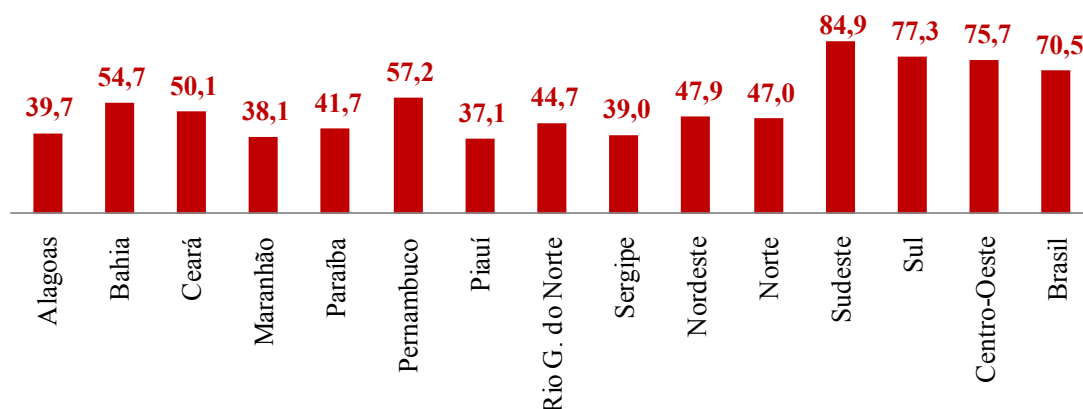
A perda real da arrecadação do ICMS advém essencialmente da retração da economia do País. Referida redução compromete o orçamento dos Estados e aumenta a dependência das transferências federais.

O Gráfico 1 mostra a participação do ICMS em relação ao total das transferências de recursos federais para os Estados somado com a arrecadação de ICMS. Referidos recursos constituem-se na principal fonte de receita para os Estados. No cálculo da mencionada relação não foi computada a arrecadação de outros impostos. A relação obtida revela o grau de dependência das transferências de recursos federais associado a uma determinada unidade federativa. Quanto mais próximo de 100%, menor é a dependência da unidade federativa em relação às transferências governamentais.

Nesse sentido, a Região com menor grau de dependência foi o Sudeste, tendo em vista que, de janeiro a setembro de 2016, o ICMS participou com 84,9% e as transferências com 15,1% do total de recursos disponibilizado para essa Região. O Nordeste ainda é dependente de transferências governamentais, considerando que a participação do ICMS alcançou 47,9% enquanto que as transferências contribuíram com 52,1% do total de recursos disponíveis para essa Região.

Com relação aos estados do Nordeste, Pernambuco obteve o menor grau de dependência pois a arrecadação de ICMS alcançou 57,2% dos recursos disponíveis. Seguiram a Bahia (54,7%) e Ceará (50,1%). Entre os estados nordestinos com maior dependência das transferências governamentais estão o Piauí (37,1%), Maranhão (38,1%) e Sergipe (39,0%), nessa ordem, conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Participação do ICMS no total da arrecadação (1) - Janeiro a setembro de 2016 - Em %



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Ministério da Fazenda.

Nota: (1) A participação do ICMS no total da arrecadação corresponde a fórmula: $[(\text{ICMS}) / (\text{ICMS} + \text{Transferências})]$. Não foram computados a arrecadação de outros tributos.

É importante registrar que a estrutura e características tributárias de um País geram implicações na distribuição da renda em termos espaciais, entre empresas e grupos de pessoas.

Referência

BRASIL (2016). Ministério da Fazenda. Boletim do ICMS. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-do-icms/@@consulta_arrecadacao. Acesso em: 20.09.2016.

6.2 Retração econômica impacta nas transferências fiscais para o Nordeste

As transferências fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação de Estados e Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que possuem caráter obrigatório e constitucional.

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Os repasses para os Estados e municípios são determinados principalmente pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE totalizou R\$ 50,6 bilhões no País de janeiro a outubro de 2016, representando um pequeno acréscimo em relação ao mesmo período de 2015, quando o FPE somou R\$ 50,4 bilhões, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – FPE e FPM – Realizada (Jan-Set de 2015 e 2016) e Previsão (2016 e 2017) – R\$ Milhões

Unidade Geográfica	FPE		FPM		PREVISÃO FPE		PREVISÃO FPM	
	2015	2016	2015	2016	2016	2017	2016	2017
Alagoas	2.099	2.108	1.279	1.326	2.704	2.877	1.864	1.898
Bahia	4.741	4.754	5.004	5.185	6.107	6.407	7.286	7.419
Ceará	3.702	3.713	2.666	2.763	4.768	5.003	3.883	3.954
Maranhão	3.642	3.654	2.230	2.311	4.692	4.936	3.248	3.307
Paraíba	2.416	2.424	1.736	1.799	3.112	3.266	2.528	2.575
Pernambuco	3.482	3.489	2.641	2.737	4.484	4.699	3.847	3.917
Piauí	2.181	2.188	1.425	1.477	2.809	2.958	2.075	2.113
Rio Grande do Norte	2.108	2.116	1.330	1.378	2.716	2.853	1.937	1.972
Sergipe	2.097	2.102	801	810	2.700	2.833	1.138	1.159
Nordeste	26.468	26.547	19.112	19.787	34.092	35.831	27.805	28.313
Brasil	50.459	50.635	53.752	55.696	64.998	68.537	74.397	79.695

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

O FPE para os Estados do Nordeste somou R\$ 26,5 bilhões de janeiro a outubro de 2016, implicando um pequeno ganho nominal de 0,3%, porém representando uma perda real de 8,1% em comparação com iguais meses de 2015.

Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram pequeno acréscimo nominal no volume de recursos do FPE nos dez primeiros meses de 2016 em comparação com igual período de 2015, embora tenha ocorrido perdas em termos reais em todos os estados do Nordeste (Tabela 1).

No Brasil, o FPM somou R\$ 55,7 bilhões nos dez primeiros meses de 2016 ante R\$ 53,7 bilhões em iguais meses de 2015.

O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 19,8 bilhões de janeiro a outubro de 2016, implicando uma perda real de 5,2% em igual período de 2015 (Tabela 1).

O FPM destinado para as capitais estaduais do País atingiu R\$ 5,6 bilhões de janeiro a outubro de 2016, enquanto que o FPM para as capitais do Nordeste alcançou R\$ 2,7 bilhões, ambos representando modestos acréscimos nominais em comparação com iguais meses do ano anterior. No País, a queda nos repasses do FPE e do FPM, em termos reais, está associada à diminuição da arrecadação dos tributos federais, em especial o IPI e o IR.

É importante registrar que as unidades federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial das transferências constitucionais.

As previsões de repasses para o FPE e o FPM, para o corrente ano e o próximo, estão especificadas na Tabela 1. Projeta-se um acréscimo desses valores em 2017, considerando a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e o conseqüente incremento da arrecadação de tributos no próximo ano.

Outra forma de repasse de verba diz respeito às transferências discricionárias, que representam a entrega de recursos para entes federativos ou organizações da sociedade civil a título de cooperação, auxílio, assistência financeira ou ainda relacionados a programas do Governo.

Os valores das transferências discricionárias para as Regiões do Brasil e estados do Nordeste, em 2015 e 2016 estão especificados na Tabela 2.

Tabela 2 - Transferências discricionárias - Jan a out - R\$ milhões

Unidade Geográfica	2015	2016	Varição Nominal (%) ⁽¹⁾	Varição Real (%) ⁽¹⁾
Alagoas	493,4	417,9	-15,3	-22,4
Bahia	1.068,1	1.391,8	30,3	19,4
Ceará	846,0	952,8	12,6	3,2
Maranhão	450,6	614,5	36,4	24,9
Paraíba	422,9	465,3	10,0	0,8
Pernambuco	615,1	605,4	-1,6	-9,8
Piauí	333,1	333,5	0,1	-8,3
Rio Grande do Norte	366,0	345,8	-5,5	-13,5
Sergipe	145,1	178,1	22,8	12,4
Nordeste	4.740,2	5.305,0	11,9	2,5
Norte	1.319,2	1.297,2	-1,7	-9,9
Sudeste	4.017,5	4.582,2	14,1	4,5
Sul	1.635,5	1.754,2	7,3	-1,8
Centro-Oeste	1.014,5	1.141,4	12,5	3,1
Brasil	12.726,9	14.080,0	10,6	1,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

Nota: (1) Variação (%) em relação ao mesmo período de 2015.

O Nordeste constituiu-se na Região que recebeu a maior proporção de recursos, seguida do Sudeste.

Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão têm recebido a maior parte dos recursos no Nordeste, enquanto que Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte ficaram com menor quantidade de recursos.

Além do Nordeste, os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe foram beneficiados com um incremento de transferências em termos reais. Por outro lado, os demais estados dessa Região sofreram perdas de transferências.

Os principais programas de transferência são o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e o Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

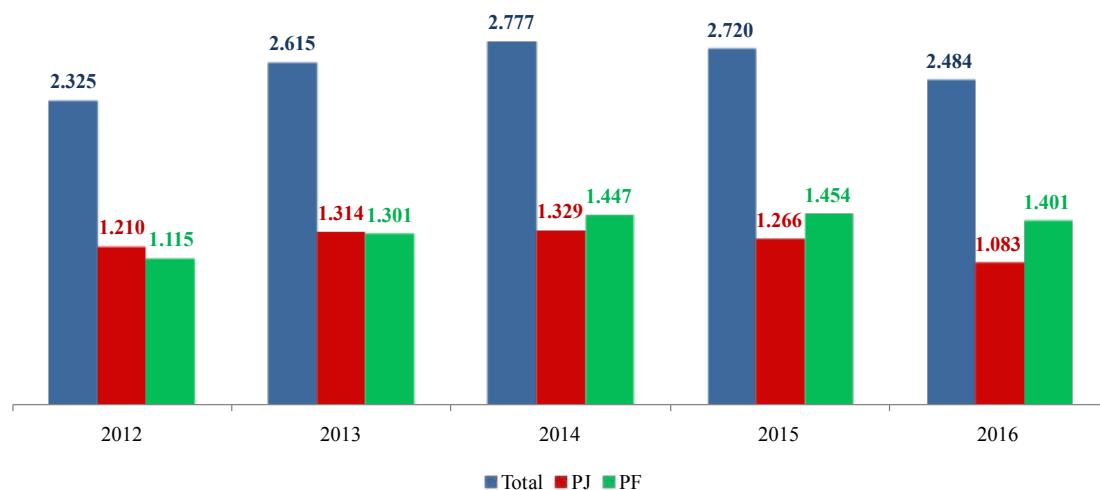
Referência

BRASIL (2016). Ministério da Fazenda. Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp. Acesso: 03.09.2016.

7 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos em 2016 (até setembro) somaram R\$ 2.484 bilhões, representando queda de 8,7%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado está diretamente relacionado com o nível de atividade econômica do País, tendo em vista que a carteira de pessoas jurídicas apresentou redução nas contratações em 14,5%, motivado pela alta capacidade ociosa, baixa demanda nas atividades do comércio e serviços, elevado endividamento das corporações e juros em patamar elevado. A carteira das pessoas físicas também apresentou decréscimo nas concessões (-3,6%), sobretudo em decorrência do elevado nível de comprometimento de renda e desemprego em alta, que são fatores que prejudicam a capacidade das famílias em alavancar recursos nas instituições financeiras.

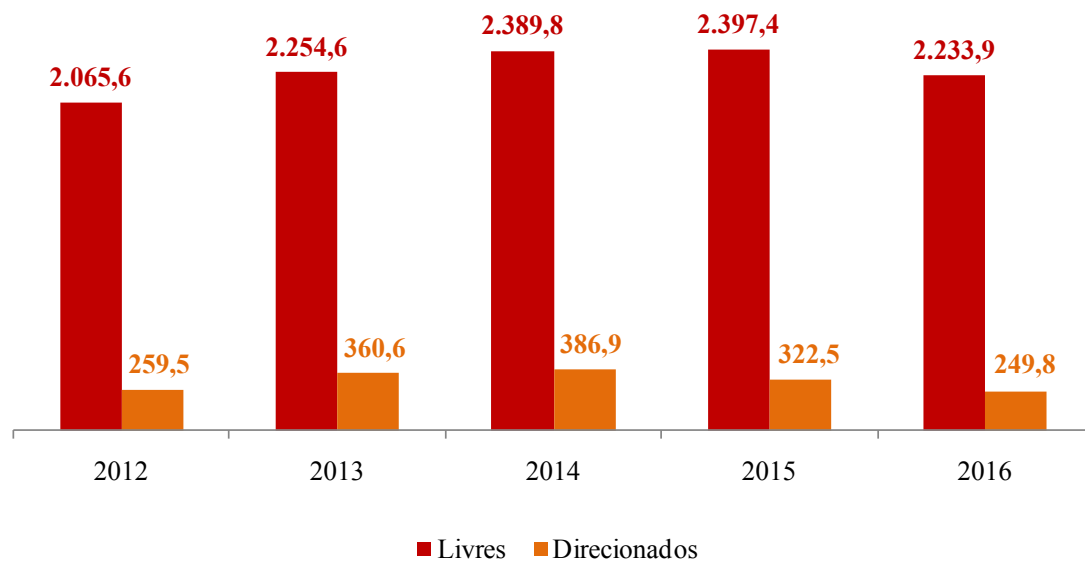
Gráfico 1 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro de cada ano – 2012 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016a).

Sob a ótica das origens dos recursos, as concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), totalizaram R\$ 2.233,9 bilhões no acumulado em 2016, representando retração de 6,8%. Em termos de recursos direcionados foram concedidos recursos de R\$ 249,8 bilhões, o que significa queda de 22,5% em comparação ao mesmo período de 2015, constituindo-se no menor valor contratado da série histórica divulgada pelo Banco Central, iniciada em 2011. Referidos recursos são operações de crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazo aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura.

Gráfico 2 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro de cada ano – 2012 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016a).

Nesse contexto, o estoque total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹³ atingiu, ao final de setembro de 2016, o montante de R\$ 3.109,9 bilhões, registrando uma redução de 1,7%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, conforme informações extraídas do Banco Central (2016a). A redução do saldo de crédito no Brasil foi influenciada, sobretudo pelas operações financiadas com recursos livres (-3,9%), enquanto que os recursos direcionados apresentaram certa estabilidade (+0,6%).

Sob a ótica do controle de capital, as instituições financeiras estrangeiras registraram queda de 14,1% no saldo de crédito, e os bancos públicos, apresentam perda de fôlego, chegando a apresentar resultado negativo de 0,3%, na comparação com o mesmo período do ano anterior, o que não ocorria desde maio de 2002. Referida performance decorreu do ajuste fiscal além do cenário econômico recessivo.

De forma geral, o comportamento do crédito no Sistema Financeiro Nacional foi resultado, em grande medida, devido ao aumento das incertezas macroeconômicas, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do arrefecimento do consumo, comprometimento elevado da renda das famílias com dívidas, inflação resiliente e do patamar elevado da taxa básica de juros.

Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma elevação das taxas de juros praticadas pelo Sistema Financeiro Nacional, que registrou 32,98% em setembro de 2016, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoa física, quanto para a pessoa jurídica, que registraram 42,45% e 21,37%, respectivamente.

¹³ O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

Tabela 1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – Setembro de 2015 e 2016 (R\$ bilhões correntes)

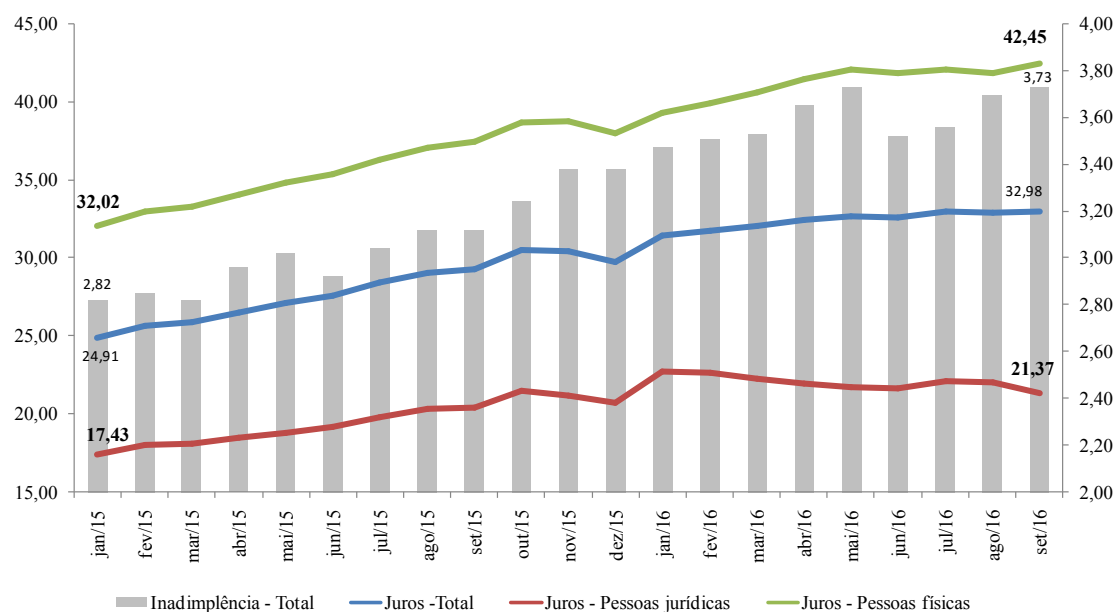
Discriminação	Setembro 2015	Setembro 2016	Variação Nominal	Participação Set/16, %	Crédito/PIB (1), em %	
					set/15	set/16
1. Destinação por Tomador	3.164,3	3.109,9	-1,7	100,0	54,0	50,8
1.1. Pessoas Físicas	1.486,8	1.540,9	3,6	49,5	25,4	25,2
1.2. Pessoas Jurídicas	1.677,5	1.569,0	-6,5	50,5	28,6	25,6
2. Fontes dos Recursos	3.164,3	3.109,9	-1,7	100,0	54,0	50,8
2.1. Livres	1.610,5	1.547,1	-3,9	49,7	27,5	25,3
2.2. Direcionados	1.553,8	1.562,8	0,6	50,3	26,5	25,5
3. Controle de Capital	3.164,3	3.109,9	-1,7	100,0	54,0	50,8
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.762,3	1.757,3	-0,3	56,5	30,1	28,7
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	946,0	963,2	1,8	31,0	16,2	15,7
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	456,0	389,4	-14,6	12,5	7,8	6,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016b).

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito), também apresentou trajetória de alta, de forma que aumentou de 2,82%, em janeiro de 2015, para 3,73%, em setembro de 2016, em consequência da elevação na taxa de inadimplência das empresas, de 1,99% para 3,29%, na mesma base de comparação. A taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos), que representam em grande medida as margens de rentabilidade dos bancos, apresentou elevação de 15,99% para 23,41% no período de janeiro de 2015 a setembro de 2016, em razão da elevação das taxas de juros, bem como da maior percepção de risco nas contratações de empréstimos e financiamentos.

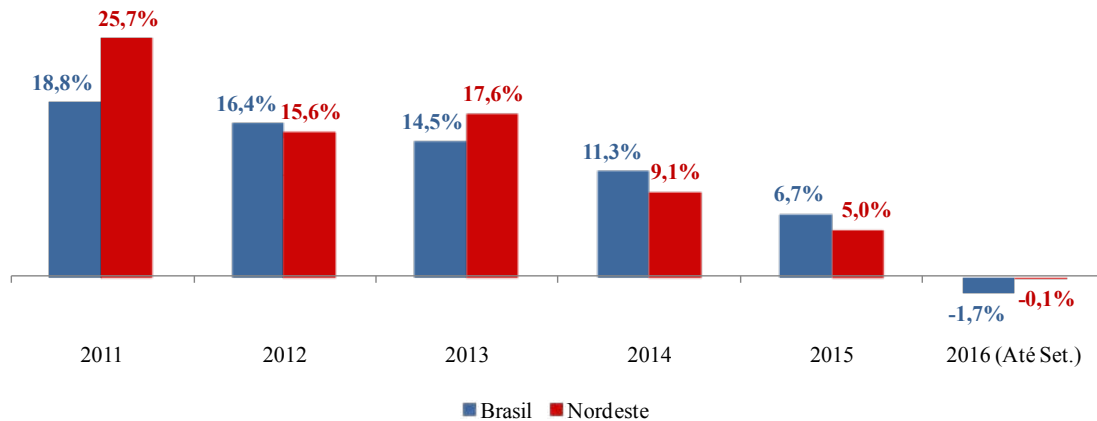
Gráfico 3 – Inadimplência, Taxas de Juros Totais, Pessoas Físicas e Jurídicas – Janeiro de 2015 a Setembro de 2016.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016b).

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Nordeste acompanhou a dinâmica nacional do crédito nos últimos períodos, tendo atingido R\$ 399,4 bilhões¹⁴ no final do setembro de 2016, registrando uma ligeira retração de 0,1%, quando comparado ao mesmo período ano anterior, segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2016a).

Gráfico 4 – Crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – 2011 a 2016 (Até Setembro)



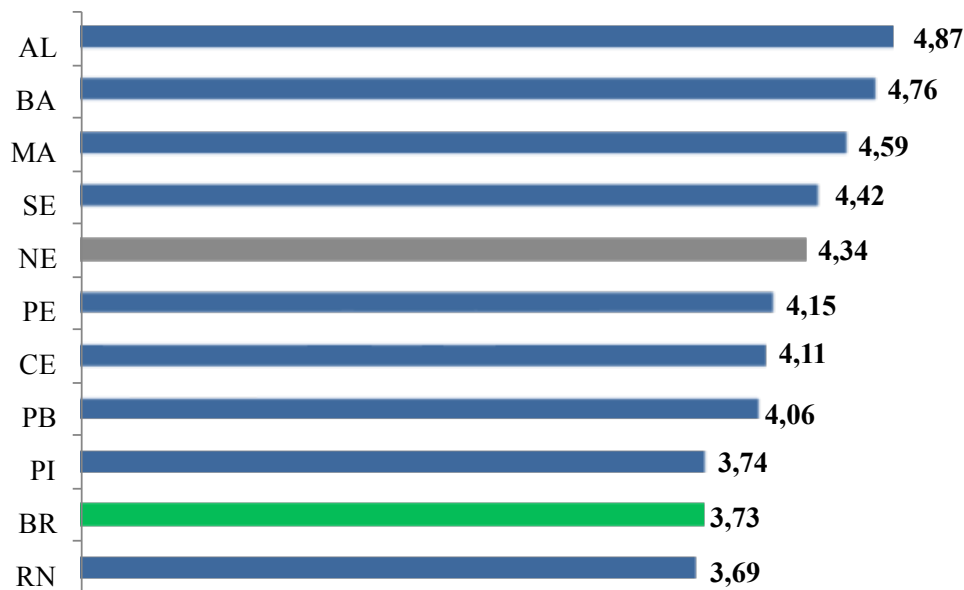
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2016b).

Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Rio Grande do Norte (+3,3%), seguido de perto pelo Maranhão (+3,2%), Paraíba (+3,1%) e Piauí (+3,0%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste.

O desempenho do crédito em nível regional permanece motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado para o consumo, tendo apresentado avanço de 4,9% em doze meses. Contudo, verificam-se sinais de arrefecimento, ao passo que pelo lado das operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionadas para a produção, ocorreu recuo de 6,9%. Em termos de participação, ao final de setembro de 2016, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava mais da metade (60,1%) do total, cabendo à parcela restante (39,9%) às empresas, sendo uma composição diferente da observada em nível nacional, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (50,5%), comparativamente às famílias (49,5%).

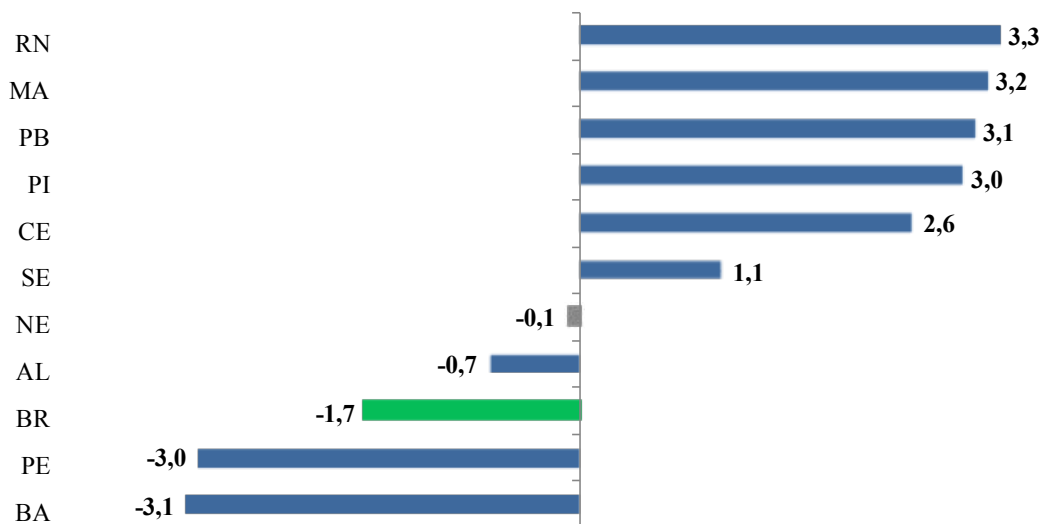
¹⁴ O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômico Federais bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

Gráfico 5 - Taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional - Brasil e Estados do Nordeste (Setembro de 2016)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2016).

Gráfico 6 - Variação Percentual do Saldo das Operações de Crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (Setembro/2016 - Setembro/2015)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2016).

A inadimplência da Região, seguindo a mesma trajetória em nível nacional, apresentou elevação, na medida em que registrou 4,34% em setembro do corrente ano, ante 3,99% do mesmo mês do ano anterior. A inadimplência registrada para a pessoa física (4,61%) foi superior à observada para pessoa jurídica (4,24%), muito embora esta última venha apresentando crescimento mais robusto ao longo dos últimos períodos.

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário no Nordeste atingiu R\$ 202,2 bilhões, em setembro de 2016, registrando um crescimento nominal de 8,0%, comparativamente com o ano anterior, sendo um nível de expansão abaixo do verificado nacionalmente (+9,3%), consoante informações fornecidas pelo BACEN (2016c). A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se, sobretudo, aos resultados obtidos pelos estados de Pernambuco (+14,7%), Ceará (+9,4%) e Maranhão (+9,4%), maiores em variação percentual. Registre-se que Pernambuco apresentou a maior variação absoluta na captação de depósitos, R\$ 5,3 bilhões nos últimos doze meses.

O volume de depósitos captados pelo Banco do Nordeste atingiu R\$ 10,3 bilhões ao final de setembro de 2016. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (59,6%), vindo em seguida o depósito de poupança (19,9%) e os depósitos interfinanceiros (10,5%), para citar os mais relevantes. O saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, ao final do terceiro trimestre de 2016, alcançou R\$ 11,1 bilhões, registrando-se decréscimo de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (BNB, 2016).

O estoque das operações realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) alcançou o montante de R\$ 48,5 bilhões, no terceiro trimestre de 2016, correspondendo a um crescimento nominal de 4,0% no saldo sobre igual posição do ano passado. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, tem-se o montante de R\$ 61,5 bilhões no acumulado do ano, registrando aumento de saldo das operações de crédito total do BNB em 1,4% em setembro/2016. Vale ainda salientar que o FNE participa com 79,0% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Durante os primeiros nove meses de 2016, foram realizadas contratações de 397,0 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos na de R\$ 7,4 bilhões na área de atuação do BNB.

Referências

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016a). Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 25.11.2016.

_____ (2016b). Economia e finanças: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>. Acesso em: 25.11.2016.

_____ (2016c). Estatística Bancária por Município – ESTBAN. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 25.11.2016.

BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2016). Informações da área de controle financeiro. Fortaleza.